

Organização militar e práticas de guerra dos portugueses em Azamor

L'organisation militaire et les pratiques de guerre des portugais à Azemmour

VÍTOR LUÍS GASPAR RODRIGUES, Centro de História, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa
(CH-ULisboa)

1. A organização militar da praça

A expedição de 1513, comandada por D. Jaime, duque de Bragança (1479-1523), que conquistou Azamor, envolveu a maior armada organizada ao longo do reinado do Venturoso. Composta por mais de 400 navios, com cerca de 25 000 homens a bordo, entre tripulantes e homens de armas, dos quais 13 000 homens de pé, transportava ainda cerca de 2 000 cavalos, peça fundamental para o segurar da praça após a sua conquista¹.

A força expedicionária portuguesa, que incluía os oficiais e homens de armas que haveriam de constituir a futura guarnição, era formada por um misto de forças da Coroa, de que faziam parte não só os «criados da casa real» e um vasto número de indivíduos arregimentados nos seus domínios e senhorios, mas também a soldadesca levantada pelos concelhos, a que se somavam os homens de armas das hostes senhoriais, presentes em grande número no evento². Destas destacava-se, naturalmente, a hoste da Casa de Bragança que, segundo Damião de Góis, era constituída por um contingente de cerca de 3 000 homens arregimentados nas suas terras, para além de uma força de cavalaria composta por «550 de

1. L'organisation militaire de la place

L'expédition de 1513, commandée par D. Jaime, duc de Bragança (1479-1523), qui conquit Azemmour, fut la plus grande armée organisée au long du règne du roi D. Manuel I. Composée de plus de 400 navires, avec environ 25 000 hommes à bord, tous membres d'équipage et hommes d'armes confondus, dont 13 000 hommes de pied, transportant également environ 2 000 chevaux, une pièce fondamentale pour le maintien de la place après sa conquête¹.

La force expéditionnaire portugaise, qui incluait les officiers et les hommes d'armes qui viendraient à constituer la future garnison, était formée d'un mélange de forces de la Couronne, dont faisaient partie non seulement les «domestiques de la maison royale» et de nombreuses personnes enrégimentées dans ses domaines et propriétés, mais aussi la soldatesque rassemblée par les municipalités, à laquelle s'ajoutaient les hommes d'armes des troupes seigneuriales, tous présents en grand nombre à l'événement². Outre une force de cavalerie composée de «550 de cheval, leurs domestiques et vassaux, dont faisait partie cent protégés»³, le corps d'armée de la Maison de Bra-

1. Cf. Charles Martial de Witte, «Les lettres papales concernant l'expansion portugaise du XVI^e siècle», *Neue Zeitschrift für Missionswissenschaft*, n° 40, 1984, p. 100. Voir également David Lopes, *A Expansão em Marrocos*, Lisboa, Ed. Teorema – O Jornal, 1984, p. 37.

2. Como referimos no estudo que realizámos com João Paulo Oliveira e Costa a propósito da Batalha dos Alcaides, ocorrida em 1514 após a conquista de Azamor, a única grande linhagem do reino com sangue dos Braganças que não esteve presente na conquista da praça foi a dos Menezes/Noronhas de Vila Real, detentores da capitania de Ceuta, o que se entende dada a rivalidade existente entre as duas casas no quadro da política portuguesa de então. Cf. *A Batalha dos Alcaides, 1514. No Apogeu da presença portuguesa em Marrocos*, Lisboa, Tribuna da História, 2007, p. 29.

1. Cf. Charles Martial de Witte, «Les lettres papales concernant l'expansion portugaise du XVI^e siècle», *Neue Zeitschrift für Missionswissenschaft*, n° 40, 1984, p. 100. Voir également David Lopes, *A Expansão em Marrocos*, Lisboa, Ed. Teorema – O Jornal, 1984, p. 37.

2. Tel que mentionné dans l'étude que nous avons menée avec João Paulo Oliveira e Costa sur la bataille des Alcaides, qui a eu lieu en 1514, après la conquête d'Azemmour, la seule grande lignée du royaume avec le sang des Bragança, absente lors de la conquête de la place, fut celle des Menezes/Noronhas de Vila Real, détenteurs de la capitainerie de Ceuta, que l'on peut comprendre étant donné la rivalité existante entre les deux maisons dans le cadre de la politique portugaise d'alors. Cf. *A Batalha dos Alcaides, 1514. No Apogeu da presença portuguesa em Marrocos*, Lisboa, Tribuna da História, 2007, p. 29.

3. Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, Coimbra, éd. par J. M. Teixeira de Carvalho et David Lopes, Acta Universitatis Conimbrigensis, 1949-1955, partie III, chap. XLVI.

cavalo seus criados e vassalos, em que entravam cem acobertados»³.

A exemplo do que já havia sucedido em 1508, por altura da primeira tentativa de conquista da praça⁴, também agora a hoste portuguesa integrava várias companhias de ordenança, situação que atesta uma vez mais a vontade do monarca, apoiado aqui pela Casa de Bragança, em continuar a apostar num novo modelo de organização militar para todo o império, a exemplo do que vinha sendo feito por Afonso de Albuquerque no Oriente desde 1510, altura em que aí procedeu à criação desses corpos militares, tendo para o efeito recorrido então aos homens de mais baixa condição, dada a oposição generalizada da fidalguia a esse novo modelo de organização militar⁵. Ciente da necessidade de introduzir no seio da estrutura militar portuguesa uma dinâmica mais apropriada aos desafios que a nova realidade política e militar impunha, o monarca procurava, assim, através de uma maior participação dos demais extractos da sociedade portuguesa na empresa ultramarina, atenuar os efeitos negativos decorrentes de uma excessiva dependência das hostes senhoriais, apostando na criação de corpos militares que assentavam toda a sua acção numa filosofia que tinha por base conceitos totalmente diversos dos da fidalguia, a saber, a disciplina e a submissão hierárquica, e que privilegiava a movimentação colectiva em detrimento da acção individual. Essas companhias integravam não só indivíduos arregimentados nos diferentes concelhos do Reino e nos domínios da Coroa, mas também nos da Casa de Bragança, uma vez que, como Damião de Góis refere, o duque os «fez vir de suas terras, onde antes que viessem lhes mandou ensinar o modo de ordenança por Gaspar Vaz, Pêro de Morais e João Rodrigues, que ia por capitão da sua guarda»⁶. Em finais de Dezembro

3. Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, Coimbra, ed. por J. M. Teixeira de Carvalho e David Lopes, Acta Universitatis Comimbrigensis, 1949-1955, parte III, cap. XLVI.

4. Sobre o assunto veja-se o nosso trabalho «As Companhias de Ordenanças em Marrocos nos reinados de D. Manuel e D. João III», in *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional Comemorativo do seu Nascimento*, Lisboa, CHAM e CEPCEP, 2004, pp. 185 a 195.

5. Sobre o assunto vejam-se os nossos trabalhos «As Companhias de Ordenanças no Oriente durante o século XVI: ensaios de criação, razões do insucesso (1510-1580)», *Oceanos*, nº 19-20, 1994, pp. 212 a 219; e «As Companhias de Ordenanças em Marrocos [...]»... cit., pp. 185 a 195.

6. In Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*... cit., parte III, cap. XLVI. Sobre o papel da Casa de Bragança na expedição veja-se o nosso estudo «A Organização Militar da Casa de Bragança no Século XVI: Um caso de Simbiose entre a Hoste Tradicional e os Corpos de Tropas de Ordenanças», apresentado no Congresso *De Todas as Partes do Mundo: O Património do 5.º Duque de Bragança*, D. Teodósio I, Lisboa, CHAM, 29 e 30 de Setembro de 2011, versão policopiada, e «A armaria da Casa de Bragança e a sua organização militar: a resposta de D. Teodósio e seu pai aos desafios impostos pela revolução da pólvora», in Jessica Hallet et

gança qui, selon Damião de Góis, était constitué par un contingent d'environ 3 000 hommes enrégimentés dans ses terres, se détachait, tout naturellement de celles-ci.

À l'instar de ce qui s'était déjà passé en 1508, lors de la première tentative de conquête de la place⁴, le corps de l'armée portugaise comprenait également maintenant plusieurs compagnies d'ordonnances, situation qui atteste, une fois de plus, de la volonté du monarque, soutenu ici par la Maison de Bragança, de continuer à parier sur un nouveau modèle d'organisation militaire pour tout l'empire, à l'exemple de ce que faisait Afonso de Albuquerque en Orient depuis 1510, moment où il procéda à la création de ces corps militaires en recourant aux hommes de plus basse condition, compte tenu de l'opposition généralisée de la noblesse à ce nouveau modèle d'organisation militaire⁵. Conscient de la nécessité d'introduire au sein de la structure militaire portugaise une dynamique plus appropriée aux défis imposés par la nouvelle réalité politique et militaire, le monarque cherchait ainsi, grâce à une plus grande participation des autres classes sociales portugaises au projet d'outre-mer, à atténuer les effets négatifs découlant d'une dépendance excessive des troupes seigneuriales, en pariant sur la création de corps militaires qui baseraient toute leur action sur une philosophie fondée sur des concepts totalement différents de ceux de la noblesse, à savoir, la discipline et la soumission hiérarchique et qui privilégierait le déplacement collectif au détriment de l'action individuelle.

Ces compagnies intégraient non seulement des individus enrégimentés dans les différentes municipalités du Portugal et dans les domaines de la Couronne, mais aussi dans ceux de la Maison de Bragança, vu que, comme le mentionne Damião de Góis, le duc «les a fait venir de leurs terres, où avant de partir, il a demandé que leur soit dispensé l'enseignement de l'ordonnance par Gaspar Vaz, Pêro de Morais et João Rodrigues, qui allait avec eux en tant que capitaine de sa garde»⁶.

4. Sur ce sujet, voir notre travail « As Companhias de Ordenanças em Marrocos nos reinados de D. Manuel e D. João III », in *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional Comemorativo do seu Nascimento*, Lisboa, CHAM et CEPCEP, 2004, pp. 185 à 195.

5. Sur ce sujet, voir nos travaux « As Companhias de Ordenanças no Oriente durante o século XVI : ensaios de criação, razões do insucesso (1510-1580) », *Oceanos*, nº 19-20, 1994, pp. 212 à 219 ; et « As Companhias de Ordenanças em Marrocos [...] »... cit., pp. 185 à 195.

6. In Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*... cit., partie III, chap. XLVI. Sur le rôle de la Maison de Bragança lors de l'expédition voir notre étude « A Organização Militar da Casa de Bragança no Século XVI : Um caso de Simbiose entre a Hoste Tradicional e os Corpos de Tropas de Ordenanças », présentée au congrès *De Todas as Partes do Mundo: O Património do 5.º Duque de Bragança*, D. Teodósio I, Lisbonne, CHAM, 29 et 30 septembre 2011, version polycopiée, et « A armaria da Casa de Bragança e a sua organização militar: a resposta de D. Teodósio e seu pai aos desafios impostos pela revolução da pólvora », in Jessica Hallet et

de 1514, numa altura em que uma parte significativa do contingente militar inicial havia já regressado ao Reino, o efectivo que compunha as quatro companhias de ordenanças, que se mantinham em Azamor sob o comando destes capitães e do coronel Cristóvão Leitão⁷, cifrava-se ainda em 779 homens, sendo que destes apenas 200 pertenciam às forças arregimentadas pela Coroa, facto que atesta a importância do papel desempenhado pela Casa de Bragança em todo o processo inicial de instalação na cidade⁸, uma vez que essas tropas foram decisivas não só para apoiar a manutenção da praça, mas também para derrotar, em 12 de Abril de 1514, junto a Bulauão (Bū al-'Awān), os exércitos dos alcaides de Mulei Nacer, vice-rei de Mequinez, que avançavam sobre Azamor com o intuito de atacar a cidade.

Conquistada a cidade, os responsáveis pela expedição apressaram-se a reforçar as muralhas e baluartes da cidade que, por deficiência de construção e falta de manutenção, se encontravam em muito mau estado, tendo sido enviados do Reino dois dos mais importantes arquitectos do seu tempo, os irmãos Diogo e Francisco de Arruda, protegidos do duque D. Jaime, a quem foi cometida a difícil tarefa de reconstrução⁹. Terminado o reforço das suas principais estruturas, ficou no entanto por realizar a ponte que ligaria a praça à Enxovia e a cava, peça fundamental para a defesa da cidade e que segundo aqueles fazia parte do projecto inicial¹⁰, bem como a construção de um atalho¹¹, desde

Nuno Senos (coord.), *De Todas as Partes do Mundo. O património do 5.º duque de Bragança, D. Teodósio I*, vol. I, Lisboa, Tinta da China, 2018, pp. 268-280.

7. Para uma visão mais detalhada do papel por ele desenvolvido em todo o processo de criação das companhias de ordenanças em Portugal veja-se o trabalho de Jean Aubin, «Le Capitaine Leitão. Un sujet insatisfait de D. João III», *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXX, 1984, pp. 88 a 95. Cristóvão Leitão fez parte também, em 1514, da guarnição de Safim. Cf. R. Ricard, «Notes Luso-Marroquinas», *Bulletin des Études Portugaises*, n.º XXIII, 1961, p. 116.

8. Cf. Ordens, de 31 de Dezembro de 1514, de D. Pedro Correia a João Porcel, pagador da gente de soldo de Azamor, para pagar os homens de ordenanças que aí se encontravam. In ANTT, *Corpo Cronológico*, II-44-27, publicado por Maria Augusta de Abreu Lima Cruz em *Os Portugueses em Azamor (1513-1541)*, Dissertação de Licenciatura apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1967, edição políciopiada, doc. XIII.

9. Sobre a sua acção em Azamor e Safim veja-se o trabalho de Rafael Moreira, «A Época Manuelina», in *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, dir. Rafael Moreira, Lisboa, Alfa, 1989, pp. 125 e seguintes.

10. Em carta de 31 de Março de 1514, Diogo e Francisco de Arruda, informam o monarca que os trabalhos da cava, que haviam sido iniciados, se encontravam parados em virtude de o capitão D. João de Menezes ter ido para fora e levado toda a gente que nela trabalhava. Cf. ANTT, CC, I-15-14, publ. por António Baião em *Documentos do Corpo Cronológico relativos a Marrocos (1488-1514)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925, p. 77.

11. Em carta ao rei, de 30 de Setembro de 1515, a guarnição de Azamor chamava à atenção para o grande perigo que corriam em virtude da fraqueza do muro e do castelo, de terem «humna cydade

À la fin du mois de décembre 1514, au moment où une grande partie du contingent militaire initial était déjà retournée au royaume, l'effectif qui composait les quatre compagnies d'ordonnance qui étaient restées à Azemmour sous le commandement de ces capitaines et du colonel Cristóvão Leitão⁷, se chiffrait encore à 779 hommes, dont seulement 200 appartenaient aux forces enrégimentées par la Couronne, un fait qui témoigne de l'importance du rôle joué par la Maison de Bragança dans tout le processus initial d'installation dans la ville⁸, vu que ces troupes ont été décisives non seulement pour soutenir le maintien de la place, mais aussi pour vaincre, le 12 avril 1514, près de Bū al-'Awān, les armées des caïds de Moulay en-Naser, vice-roi de Meknès, qui avançaient sur Azemmour avec l'intention d'attaquer la ville.

Une fois la ville conquise, les responsables de l'expédition s'empressèrent de renforcer les murailles et les bastions de la ville qui, par défaut de construction et par manque de maintenance, se trouvaient en très mauvais état. Les frères Diogo et Francisco de Arruda, qui étaient les protégés du duc D. Jaime et deux des plus importants architectes de leur époque, furent alors envoyés du royaume afin de procéder à la difficile tâche de reconstruction⁹. Une fois le renforcement de ses principales structures terminé, il restait encore à construire le pont qui reliera la place à la Chaouia et le fossé, pièce fondamentale pour la défense de la ville qui d'après ces derniers faisait partie du projet initial¹⁰, ainsi que la construction d'un réduit¹¹, depuis

Nuno Senos (coord.), *De Todas as Partes do Mundo. O património do 5.º duque de Bragança, D. Teodósio I*, vol. I, Lisbonne, Tinta da China, 2018, pp. 268-280.

7. Pour une vision plus détaillée du rôle qu'il a développé dans l'ensemble du processus de création des compagnies d'ordonnance au Portugal voir le travail de Jean Aubin, « Le Capitaine Leitão. Un sujet insatisfait de D. João III », *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXX, 1984, pp. 88 à 95. Cristóvão Leitão a également fait partie, en 1514, de la garnison de Safi. Cf. R. Ricard, « Notes Luso-Marroquines », *Bulletin des Études Portugaises*, n° XXIII, 1961, p. 116.

8. Cf. Ordres, du 31 décembre 1514, de D. Pedro Correia à João Porcel, payeur de ceux qui percevaient la solde à Azemmour, pour payer aux hommes de l'ordonnance qui s'y trouvaient. In ANTT, *Corpo Cronológico*, II-44-27, publié par Maria Augusta de Abreu Lima Cruz dans *Os Portugueses em Azamor (1513-1541)*, Dissertation de licence présentée à la Facultade de Letras de l'Universidade de Lisboa, 1967, édition polycopiée, doc. XIII.

9. Sur son action à Azemmour et Safi, voir le travail de Rafael Moreira, « A Época Manuelina », in *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, dir. Rafael Moreira, Lisbonne, Alfa, 1989, pp. 125 et suivantes.

10. Dans une lettre du 31 mars 1514, Diogo et Francisco de Arruda, informent le monarque que les travaux de la douve qui avaient été commencés, étaient arrêtés, car le capitaine D. João de Menezes était parti à l'extérieur et avait emmené tous ceux qui y travaillaient. Cf. ANTT, CC, I-15-14, publ. par António Baião dans *Documentos do Corpo Cronológico relativos a Marrocos (1488-1514)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925, p. 77.

11. Dans une lettre au roi, du 30 septembre 1515, la garnison d'Azemmour attirait l'attention sur le grand danger qu'ils couraient

o início entendido como fundamental dada a grande dimensão da cidade, mas que só viria a ser concluído em princípios de 1520¹², o que contribuiu para a necessidade de manter em Azamor nos primeiros anos um efectivo militar de dimensões muito superiores às que seriam necessárias se aquelas estruturas defensivas tivessem sido edificadas de imediato¹³.

A defesa da cidade e as condições de vida dos seus defensores eram ainda seriamente dificultadas pelo facto de a sua barra ser extraordinariamente perigosa durante quase todo o ano, o que impedia que aquela fosse socorrida e abastecida por mar. Como afirmou D. Jaime, «com esta barra asy se pode dizer que está em sertão», razão pela qual era necessário ter a praça muito bem provida não só de alimentos e de armamento, mas também com um grande número de soldados, sobretudo nos dois primeiros anos, após o que, depois de atalhada, poderia ser segura com 1 500 homens devidamente enquadrados por uma estrutura de comando¹⁴.

Não obstante todas essas limitações e a oposição de alguns dos principais capitães que, como D. João de Menezes, entendiam preferível edificar uma fortaleza de raiz à reparação da muralha e dos baluartes pré-existentes¹⁵, foram iniciadas as obras do castelo, onde foi construída uma casa para guarda da pólvora e da artilharia, e procedeu-se ao alojamento dos seus efectivos militares na cidade, tarefas que decorreram em paralelo com a criação da estrutura orgânica da praça, tendo o duque dado posse aos diferentes oficiais dos cargos para que vinham nomeados.

Decalcada no essencial da das demais fortalezas portuguesas encravadas no norte de Marrocos, essa orgânica apresentava, todavia, uma diferença significativa relativamente à daquelas, em virtude de se haver optado por uma capitania bicéfala¹⁶. Esta deci-

muito grande de guardar com hos muros derrybados per muitos lugares e asy ho castelo». In *Sources Inédites de l'Histoire du Maroc (SIHM), Dynastie sa'dienne, Archives et bibliothèques de Portugal*, Paris, Paul Geuthner, 1.^a série, tomo I, 1934, p. 762.

12. Cf. Maria Augusta Lima Cruz, *Os Portugueses em Azamor...* cit., p. 57.

13. Em carta ao rei, de 11 de Agosto de 1519, o bispo de Safim afirmava que, a ser feita a ponte, a praça necessitaria apenas de 250 homens para a sua defesa, razão por que a sua construção chegou a estar prevista. Todavia, as obras nunca tiveram início, provavelmente por falta de dinheiro. Cf. ANTT, CC, I-25-10.

14. Nessa carta, de 30 de Setembro de 1513, o duque de Bragança afirma ainda a D. Manuel que o capitão do campo de Azamor considerava aquele número insuficiente para assegurar a defesa da praça naquelas condições, dado não só o grande poder militar do rei de Fez, mas também o dos xarifes. Cf. António Baião, *Documentos do Corpo Cronológico...* cit., p. 58.

15. Cf. carta ao rei, de 1 de Dezembro de 1513. António Baião, *Documentos do Corpo Cronológico...* cit., pp. 62 e 63.

16. Para uma visão mais detalhada das competências, proes e precalços de cada um desses capitães veja-se o trabalho de Maria Augusta Lima Cruz, *Os Portugueses em Azamor...* cit., pp. 109 e 110.

le début considéré comme fondamental en raison de la grandeur de la ville, mais qui ne serait conclu qu'au début de l'année 1520¹², ce qui contribua à la nécessité de maintenir à Azemmour, dans les premières années, un effectif militaire de dimensions très supérieures à celles qui auraient été nécessaires si ces structures défensives avaient été immédiatement construites¹³. La défense de la ville et les conditions de vie de ses défenseurs étaient encore sérieusement rendues difficiles par le fait que sa barre était extrêmement dangereuse pendant presque toute l'année, ce qui empêchait que celle-ci soit secourue et ravitaillée par mer. Comme l'a affirmé D. Jaime, « avec cette barre ainsi, on peut dire qu'on est dans arrière-pays », raison pour laquelle la place devait non seulement être très bien approvisionnée d'aliments et d'armement, mais elle devait aussi disposer d'un grand nombre de soldats, surtout dans les deux premières années, une fois réduite elle pourrait être défendue par 1 500 hommes dûment encadrés par une structure de commandement¹⁴.

Nonobstant toutes ces limitations et l'opposition de quelques-uns des principaux capitaines qui, comme D. João Menezes, estimaient qu'il était préférable d'édifier une nouvelle forteresse que de réparer la muraille et les bastions préexistants¹⁵, les travaux du château, où fut construite une maison pour garder la poudre à canon et l'artillerie, démarrèrent et l'on procéda à l'hébergement de ses effectifs militaires dans la ville, ces tâches s'étant déroulées en parallèle avec la création de la structure organique de la place, le duc attribua aux différents officiers les postes pour lesquels ils avaient été nommés.

Décalquée essentiellement des autres forteresses portugaises du nord du Maroc, cette organique présentait néanmoins une différence significative, car on avait opté ici pour une capitainerie bicéphale¹⁶. Cette déci-

en raison de la fragilité du mur et du château, car ils avaient [« une très grande ville à défendre, avec des murailles en ruine à de nombreux endroits, comme au château »]. In *Sources Inédites de l'Histoire du Maroc (SIHM), Dynastie sa'dienne, Archives et bibliothèques de Portugal*, I^e série, tome I, Paris, Paul Geuthner, 1934, p. 762.

12. Cf. Maria Augusta Lima Cruz, *Os Portugueses em Azamor...* cit., p. 57.

13. Dans une lettre au roi, du 11 août 1519, l'évêque de Safi affirmait que, si un pont devait être fait, la place n'aurait besoin que de 250 hommes pour sa défense, raison pour laquelle sa construction a même été prévue. Toutefois, les travaux n'ont jamais commencé, probablement à cause du manque d'argent. Cf. ANTT, CC, I-25-10.

14. Dans cette lettre, du 30 septembre 1513, le duc de Bragança affirme également à D. Manuel que le capitaine du camp d'Azemmour estimait que ce nombre était insuffisant pour assurer la protection de la place dans ces conditions, étant donné, non seulement la grande puissance militaire du roi de Fès, mais aussi celle des Chérifs. Cf. António Baião, *Documentos do Corpo Cronológico...* cit., p. 58.

15. Cf. lettre au roi, du 1^{er} décembre 1513. António Baião, *Documentos do Corpo Cronológico...* cit., pp. 62 et 63.

16. Pour une vision plus détaillée des compétences, profits et avantages de ces capitaines voir le travail de Maria Augusta Lima Cruz, *Os Portugueses em Azamor...* cit., pp. 109 et 110.

são depressa se revelou altamente contraproducente para os desígnios da coroa portuguesa, em virtude dos sucessivos conflitos de competências surgidos entre o capitão da praça, Rui Barreto, que ficou com jurisdição sobre a cidade, os seus moradores e respectiva guarnição, e o capitão do campo, D. João de Menezes, responsável pela chefia de todas as acções militares fora dos muros da fortaleza, funções que, como é sabido, eram da competência dos *adaís* nas demais praças marroquinas. Tudo voltaria, no entanto, à normalidade a partir de 1515, altura em que com a nomeação de D. Pedro de Sousa o cargo voltou a estar unificado¹⁷. A capitania, contrariamente ao que sucedia no Oriente, era aqui, a exemplo da generalidade dos demais cargos militares, dada em vida e não por um período de três anos, sendo o capitão substituído pelo contador em caso de falecimento ou de impedimento. Este facto, no entanto, não impediou que ao longo dos cerca de 28 anos em que a praça se manteve sob domínio português a Coroa tivesse procedido, em virtude das constantes queixas que chegavam ao Reino, a sucessivas nomeações e destituições, tendo havido um total de 11 capitães. Destes, apenas dois estiveram à frente dos destinos de Azamor por um período superior a quatro anos, a saber, D. Álvaro de Noronha e António Leite, tendo os restantes ocupado o cargo de forma fugaz, o que atesta a grande instabilidade governativa a que fortaleza esteve sujeita.

A guarnição da fortaleza de Azamor era composta ainda por um alcaide-mor, a quem competia, com a ajuda do alcaide-menor, o policiamento e guarda do castelo e da cidade; um alcaide da torre e do «çoquo»¹⁸ e um «alcaide do ç quo da banda da enxovia», incumbidos, para além da função de policiamento, da vigia da praça pela parte Norte; um alcaide do mar, encarregue de policiar a ribeira, abrindo e fechando as portas de acesso ao rio para evitar algum ataque lançado da banda do mar; um guarda e um porteiro das portas; um sobrerrolda, a quem competia coordenar e controlar os vigias da praça, em especial durante a noite; finalmente, um armeiro e um couraceiro, com funções muito alargadas, em que se destacavam, naturalmente, as de ferreiro e ferrador, dado o grande número de animais existentes na praça e a necessidade de se encontrarem sempre de prontidão. Compunham ainda a guarnição um condestável e os respectivos bombardeiros, que em 1530 sabemos serem

17. Sobre o assunto veja-se o quadro «Principais “funcionários” do governo português em Azamor», constante do trabalho de Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, «Documentos Inéditos para a História dos Portugueses em Azamor», *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. II, 1979.

18. O mesmo que mercado, correspondendo ao «suq/souk» das cidades árabes e berberes.

sion se révèle très rapidement hautement contre-productive pour les desseins de la couronne portugaise en raison de plusieurs conflits de compétences qui ont surgi entre le capitaine de la place, Rui Barreto, responsable de la ville, de ses habitants et de la garnison respective, et le capitaine du camp, D. João de Menezes, responsable du commandement de toutes les actions militaires en dehors des murs de la forteresse, fonctions qui, comme nous le savons, relevaient de la compétence des *adaís* dans les autres places marocaines. Cependant, tout retournerait à la normalité à partir de 1515, au moment où, avec la nomination de D. Pedro de Sousa, la fonction sera de nouveau unifiée¹⁷.

Contrairement à ce qui se passait en Orient, la capitainerie était ici, à l'instar de la généralité des autres fonctions militaires, attribuée à titre définitif et non pas pour une période de trois ans, le capitaine étant remplacé par le *contador* [contrôleur des finances] en cas de décès ou d'empêchement. Néanmoins, ce fait n'empêcha pas la Couronne, au long d'environ 28 ans où la place s'est maintenue sous domination portugaise, de procéder, en vertu des constantes doléances qui arrivaient au royaume, à des nominations et à des destitutions successives, il y eut au total 11 capitaines. Parmi ceux-ci, seuls deux d'entre eux furent au-devant des destinées d'Azemmour pour une période supérieure à quatre ans, à savoir, D. Álvaro de Noronha et António Leite, les autres ont occupé cette fonction de manière fugace, ce qui témoigne de la grande instabilité gouvernementale à laquelle la forteresse a été soumise.

La garnison de la forteresse d'Azemmour était composée également d'un *alcaide-mor*, auquel il incombaît, avec l'aide de l'*alcaide-menor*, de surveiller et de garder le château et la ville ; un *alcaide* de la tour et du «çoquo»¹⁸ [souk] et un «alcaide du souk du côté de la Chaouia», chargés, outre leurs fonctions de surveillance, de garder la place par la partie nord ; un *alcaide* de la mer, chargé de surveiller la rivière, en ouvrant et en fermant les portes d'accès au fleuve pour éviter toute attaque lancée à partir de la mer ; un gardien et un portier ; un surveillant de ronde, responsable de coordonner et de contrôler les guetteurs de la place, en particulier pendant la nuit ; puis finalement, un armurier et un cuirassier, avec des fonctions très élargies, dont se détachaient, naturellement, celles de forgeron et de maréchal-ferrant étant donné le grand nombre d'animaux qui se trouvaient dans la place et la nécessité de les maintenir toujours prêt à intervenir.

17. Sur ce sujet, voir le tableau des «Principais “funcionários” do governo português em Azamor», qui figure dans le travail de Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, «Documentos Inéditos para a História dos Portugueses em Azamor», *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. II, 1979.

18. Le même que marché, correspondant au «suq/souk» des villes arabes et berbères.

doze, mas cujo número podia variar ao longo dos anos, sobretudo em momentos de maior aperto da praça, altura em que eram uma peça fundamental para impedir que os exércitos de Fez ou os dos xerifes se aproximasse demasiado das muralhas da cidade¹⁹.

O adaíl e o almocadém, dois dos mais importantes cargos das fortalezas norte-africanas, eram também aqui peças decisivas da estrutura militar que vimos descrevendo, pese embora a sua actuação estivesse direcionada sobretudo para as acções militares praticadas fora das muralhas. Ao primeiro, também designado como capitão do campo, competia capitanear as tropas portuguesas que se aventuravam pelos campos e aduares²⁰ marroquinos sempre que o capitão da praça não participava nessas incursões. Era coadjuvado na sua tarefa pelo almocadém²¹ que, conhecedor do terreno, precedia os restantes combatentes, conduzindo-os de forma a evitar que fossem alvo das ciladas e dos ataques repentinos das forças muçulmanas, tão característicos da «guerra guerreada» ou «de gaziva» praticada pelos muçulmanos e cristãos no norte de África.

A exemplo do que sucedia na generalidade das fortalezas portuguesas um pouco por todo o império, onde existia sempre uma força militar naval adstrita à praça, dependendo a sua dimensão da distância a que se encontravam de outras bases navais, ou da periculosidade dos inimigos com que tinham que se confrontar, também aqui se encontrava uma fusta no rio para apoio da fortaleza, tendo a bordo um mestre e dois auxiliares que, tal como todos os restantes homens de armas e oficiais, recebiam soldo e mantimento, devendo para o efeito estar assentes pelo escrivão dos contos nos respectivos livros²². Neste

19. Cf. carta do capitão D. Pedro de Mascarenhas ao rei, de 9 de Junho de 1530, *in ANTT, CC, I-45-35*, publicada em *SIHM*, 1.^a série, tomo II, 2.^a parte, p. 528. Veja-se ainda o trabalho de Otilia R. Fontoura, *Portugal em Marrocos na Época de D. João III*, Funchal, SRTC-CEHA, 1998, pp. 29 e seguintes.

20. Povoações temporárias erguidas pelas cabildas das três linhagens de alarves (Xerquia, Garbia e Abida), que se dedicavam sobre tudo ao pastoreio, compostas por um número variável de tendas, podendo nalguns casos ultrapassar a centena.

21. As praças norte-africanas tinham, em regra, mais do que um almocadém. Como refere Otilia Fontoura eram, em regra, mouros provenientes de tribos vizinhas, comandando cada um 25 almogavares, também eles originários da região e que por isso conheciam perfeitamente o terreno em que se movimentavam. Cf. *Portugal em Marrocos na Época...* cit., p. 27.

22. Cf. carta de nomeação de António Neiva para escrivão dos contos de Azamor, Lisboa, 27 de Agosto de 1521, *in ANTT, Chancelaria de D. Manuel, Livro 18*, ff. 123V e 124, *apud* Maria Augusta de Abreu Lima Cruz, *Os Portugueses em Azamor...* cit., p. 123. O pagamento aos homens de armas e moradores aí inscritos era efectuado pelo almoxarife dos mantimentos, responsável pelos armazéns e arsenal. Cf. carta de nomeação de António Vieira, Évora, 18 de Agosto de 1520, *in ANTT, Chancelaria de D. Manuel, Livro 36*, f. 67, Maria Augusta de Abreu Lima Cruz, *Os Portugueses em Azamor...* cit., p. 125.

La garnison était également composée d'un connétable et de ses artilleurs respectifs qui, en 1530, nous savons qu'ils étaient au nombre de douze, mais dont le nombre pouvait varier au long des années, surtout au moment d'une plus grande pression sur la place, où ils devenaient une pièce fondamentale pour empêcher les armées de Fès ou du chérif de trop s'approcher des murailles de la ville¹⁹.

L'*adaíl* et l'*almocadém*, deux des plus importantes fonctions des forteresses d'Afrique du Nord, étaient aussi ici des pièces décisives de la structure militaire que nous venons de décrire, quoique leur action ait surtout été dirigée vers des actions militaires pratiquées en dehors des murailles. Il incomba au premier, aussi désigné par capitaine du camp, de commander les troupes portugaises qui s'aventuraient dans les champs et les douars²⁰ marocains chaque fois que le capitaine de la place ne participait pas à ces incursions. Il était assisté dans sa tâche par l'*almocadém*²¹ qui, en fin connaisseur du terrain, précédait les autres combattants en les conduisant de manière à éviter qu'ils ne soient pris dans des embuscades et attaqués par surprise par les forces musulmanes, si caractéristiques des «guerres combattues» ou des «gazivas» pratiquées par les musulmans et les chrétiens en Afrique du Nord.

À l'instar de ce qui se passait dans la plupart des forteresses portugaises un peu partout dans l'empire, où il existait toujours une force militaire navale rattachée à la place, leur dimension dépendant de la distance par rapport à laquelle elles se trouvaient des autres bases navales, ou de la dangerosité des ennemis auxquels ils devaient faire face, on trouvait ici aussi une fuste dans le fleuve pour venir en aide à la forteresse, avec à son bord un maître et deux assistants qui, comme tous les autres hommes d'armes et officiers, recevaient une solde et de la nourriture et devaient, à cet effet, être enregistrées par le notaire des comptes dans les livres respectifs²². Dans ce cas particulier, il convient de

19. Cf. lettre du capitaine D. Pedro de Mascarenhas au roi, du 9 juin 1530, *in ANTT, CC, I-45-35*, publiée dans *SIHM*, tome II, 2.^a partie, p. 528. Voir également le travail d'Otilia R. Fontoura, *Portugal em Marrocos na Época de D. João III*, Funchal, SRTC-CEHA, 1998, pp. 29 et suivantes.

20. Localités temporaires construites par les bédouins des trois lignées d'arabes (Cherkiya, Gharbya, et Abda), qui se dédiaient principalement au pâturage, composées d'un nombre variable de tentes, pouvant dans certains cas dépasser la centaine.

21. Les places d'Afrique du Nord avaient, en règle générale, plus d'un *almocadém*. Comme le mentionne Otilia Fontoura il s'agissait surtout de mauresques provenant de tribus voisines, chacune commandant près de 25 *almogavares*, eux aussi originaires de la région et connaissant, par conséquent, parfaitement le terrain sur lequel ils se déplaçaient. Cf. *Portugal em Marrocos na Época...* cit., p. 27.

22. Cf. lettre de nomination d'António Neiva au greffier des comptes d'Azemmour, Lisbonne, le 27 août 1521, *in ANTT, Chancelaria de D. Manuel, Livro 18*, ff. 123V et 124, *apud* Maria Augusta de Abreu Lima Cruz, *Os Portugueses em Azamor...* cit., p. 123. Le paiement aux hommes d'armes et aux résidents qui y étaient inscrits

particular importa referir que, logo por altura do assalto à praça, as forças portuguesas deslocaram para o rio alguns navios de menores dimensões que, equipados com artilharia, fustigaram os sitiados, contribuindo também para a rápida rendição da cidade. Relativamente aos homens de armas que compunham a guarnição de Azamor o seu número variou, como refere Maria Augusta Lima Cruz, de forma muito significativa ao longo dos anos, sendo exponencialmente maior por altura da conquista da cidade e no momento do seu abandono.

De acordo com a carta do duque de Bragança, de Setembro de 1513, nessa altura já uma grande parte da soldadesca e dos fidalgos que participara na conquista da cidade havia regressado ao Reino, muitos deles sem licença, não só por causa das péssimas condições em que aí viviam, mas também por estes se queixarem de os soldos não serem pagos aos seus criados e aos que levavam acostados, em especial «nos que trazem xx, xxx, L homens de cavalo de suas casas, que parece sem razam nam lhes mandar V. A. pagar»²³. Esse efectivo militar foi decrescendo, em especial por altura da partida de D. Jaime, cifrando-se em finais desse ano, segundo D. João de Menezes, em cerca de 2600 combatentes, entre homens de pé (cerca de 1800, em que entravam, naturalmente, os homens das companhias de ordenanças) e de cavalo. A este número, ordenado pelo monarca à praça, dever-se-iam ainda adicionar cerca de 400 moradores, os quais, no entanto, como ele afirma, não passavam ainda, por essa altura, de algumas dezenas, a saber, «quatro cristãos novos e alguns homens d'alguns fidalgos ou criados de Vossal-teza que querem ficar aqui, que ao presente vão contados nas capitanias»²⁴.

Assegurada a defesa de Azamor e dos territórios que lhe ficavam adjacentes, o número de defensores baixou significativamente, situando-se a partir da década de vinte em cerca de seiscentos homens, entre moradores e fronteiros²⁵, na sua maioria homens a cavalo, facto que atesta a importância que a cavalaria continuaria a deter ao longo do período para «atalhar o campo e segurar a praça»²⁶.

23. In carta ao rei, de 30 de Setembro de 1513, publicada por António Baião, *Documentos do Corpo Cronológico...* cit., p. 59.

24. Cf. carta para o monarca, de 1 de Dezembro de 1513, António Baião, *Documentos do Corpo Cronológico...* cit., pp. 60 e 61.

25. Servimo-nos para o efeito dos dados apresentados por Maria Augusta Lima Cruz em «Documentos inéditos [...]»... cit., p. 113. No número de moradores surgem contabilizados para este efeito apenas aqueles que se encontravam aptos para o desempenho de tarefas militares, sendo certo que as exerciam fundamentalmente no interior do recinto amuralhado.

26. Em 1525 Jorge Viegas, recém-empossado como capitão de Azamor, afirmava que esta era defendida por 190 homens de pé e 450 de cavalo, entre os quais 150 eram moços dos de cavalo, sendo necessários 100 besteiros e espingardeiros para a sua defesa.

signaler qu'au moment même de l'assaut à la place, les forces portugaises déplacèrent vers le fleuve quelques navires de moindres dimensions qui, équipés avec de l'artillerie, fustigèrent les assiégés, contribuant également à la rapide reddition de la ville.

Quant aux hommes d'armes qui composaient la garnison d'Azemmour, leur nombre a varié de manière très significative au long des années, comme le mentionne Maria Augusta Lima Cruz, étant exponentiellement plus grand lors de la conquête de la ville et au moment de son abandon.

Conformément à la lettre du duc de Bragança, de septembre 1513, à cette occasion une grande partie de la soldatesque et des nobles qui avait participé à la conquête de la ville était déjà retournée au Portugal, la plupart d'entre eux sans permission, non seulement à cause des très mauvaises conditions dans lesquelles ils y vivaient, mais aussi parce qu'ils se plaignaient que les soldes n'étaient pas payées à leurs domestiques ni à ceux qui était sous leur protection, en particulier «ceux qui portent 20, 30, 50 hommes de cheval de leurs maisons, qu'il semblerait qu'il n'y ait pas de raison pour que Votre Altesse ne leur paie pas»²³. Cet effectif militaire diminua, en particulier à l'occasion du départ de D. Jaime, s'élevant à la fin de cette même année, selon D. João de Menezes, à environ 2600 combattants, tous hommes de pied (environ 1800, parmi lesquels, on comptait naturellement, les hommes des compagnies d'ordonnances) et hommes de cheval confondus. À ce nombre, attribué par le monarque à la place, devaient encore s'ajouter environ 400 habitants, qui, néanmoins, comme il l'affirme, n'étaient à cette époque que quelques dizaines, à savoir, «quatre nouveaux chrétiens et quelques hommes de certains nobles ou des domestiques de Votre Altesse qui veulent rester ici, qui sont à présent comptés dans les capitaineries»²⁴.

Une fois la défense d'Azemmour et des territoires adjacents assurée, le nombre de défenseurs baissa de manière significative, se situant à partir de la deuxième décennie à environ six cents hommes, habitants et frontaliers confondus²⁵, la plupart d'entre eux des hommes de cheval, ce fait montre l'importance que la cavalerie continuerait de revêtir au long de la période

établi effectué par l'*almoxarife* des vivres, responsables des entrepôts et de l'arsenal. Cf. lettre de nomination d'António Vieira, Évora, le 18 août 1520, in ANTT, *Chancelaria de D. Manuel, Livro 36*, f. 67, Maria Augusta de Abreu Lima Cruz, *Os Portugueses em Azamor...* cit., p. 125.

23. In lettre au roi, du 30 septembre 1513, publiée par António Baião, *Documentos do Corpo Cronológico...* cit., p. 59.

24. Cf. lettre adressée au roi, du 1^{er} décembre 1513, António Baião, *Documentos do Corpo Cronológico...* cit., pp. 60 et 61.

25. Nous nous sommes servis à cet effet des données présentées par Maria Augusta Lima Cruz dans «Documentos inéditos»... cit., p. 113. Dans le nombre de résidents sont comptés à cet effet uniquement ceux qui étaient capables d'effectuer des tâches militaires qu'ils pratiquaient, bien entendu, surtout dans l'enceinte des murs.

Relativamente às companhias de ordenança, que, como referimos atrás, foram uma peça fundamental da organização da praça nos primeiros anos, terão sido desmobilizadas em data que não podemos determinar com exactidão, mas que deverá situar-se por volta de 1516, uma vez que temos notícia das directivas enviadas ao capitão de Safim em que se ordenava o envio para o Reino das gentes de ordenança oriundas de Azamor que aí serviam sob as ordens de Rui de Sousa desde o último cerco²⁷.

Essa ordem, se, por um lado, marca o momento da dissolução dessas companhias em Marrocos, por outro, representa o culminar de um processo de cedência de D. Manuel I às pretensões da generalidade da nobreza e bem assim de todos os que se opunham à sua política de transformação das estruturas militares do império português. Com efeito, após um primeiro momento, ainda em 1515, em que o monarca havia extinguido as companhias de alabardeiros²⁸ e nomeando Lopo Soares de Albergaria para substituir Afonso de Albuquerque, uma medida que significou na prática a extinção dessas companhias no Oriente, seguir-se-ia a sua desmobilização em Marrocos, voltando as praças do Sul a estar dependentes exclusivamente do modelo de organização militar senhorial tradicional, em que os fronteiros vão passar a deter um papel de fundamental importância.

Este grupo, que incluía, como refere Robert Ricard «gentilshommes qui venaient servir temporairement dans la place pour une durée plus au moins longue et qui amenaient parfois avec eux une équipe de soldats»²⁹, e que ao longo do período em estudo oscilou entre os 350 e os 400 homens de armas, formava, em conjunto com os besteiros de cavalo, que desde 1514 se encontravam a cargo de Joham Soares³⁰, o

Cf. carta de 18 de Setembro para D. João III, *in ANTT, CC, I-32-18*, publ. em *SIHM*, 1.^a série, tomo II, parte I, pp. 346 e 347.

27. Nuno Gato, em carta ao rei, de 4 de Julho de 1516, refere-se a uma carta régia, de 30 de Junho desse ano, em que lhe era dada essa ordem. *In ANTT, CC, I-20-71*, publ. em *SIHM*, 1.^a série, tomo II, parte I, pp. 10 e seguintes. Alguns dias mais tarde, a 8 de Julho, Bastião Lopes, almoxarife de Safim, pedia ao rei que procedesse à rápida evacuação para o reino dessas tropas pois já não havia qualquer perigo de o cerco ser retomado e elas representarem uma enorme sobrecarga para as fracas finanças da cidade. *SIHM*, 1.^a série, tomo II, parte I, p. 11, nota 1.

28. Sobre o assunto veja-se o trabalho de Jean Aubin, «Le Capitaine Leitão [...]»... cit., p. 95.

29. *In Mazagan et le Maroc sous le règne du sultan Moulay Zidan (1608-1627)*, d'après le «Discours» de Gonçalo Coutinho, gouverneur de Mazagan (1629), Paris, 1956, p. 13.

30. De acordo com as instruções régias dadas a Joham Soares, em 5 de Janeiro de 1514, este ficava ainda encarregue dos restantes besteiros e espingardeiros, que deveriam ser em número de 300, a saber, 100 espingardeiros e 200 besteiros, efectivo que, de acordo com os dados que conhecemos, nunca existiu em Azamor. Cf. António Baião, *Documentos do Corpo Cronológico...* cit., p. 74.

pour « réduire la campagne et protéger la place »²⁶. En ce qui concerne les compagnies d'ordonnance qui, comme nous l'avons dit plus haut, ont été une pièce fondamentale de l'organisation de la place dans les premières années, elles auraient été démobilisées à une date que nous ne saurons préciser exactement, mais qui devrait se situer aux alentours de 1516, vu que nous avons des informations sur les directives envoyées au capitaine de Safi dans lesquelles l'ordre était donné d'envoyer vers le royaume des gens de l'ordonnance originaires d'Azemmour qui y servaient sous les ordres de Rui de Sousa depuis le dernier siège²⁷.

Si cet ordre marque, d'une part, le moment de la dissolution de ces compagnies au Maroc, il représente, d'autre part, le point culminant d'un processus de cession de D. Manuel I aux prétentions de la plupart des nobles et de tous ceux qui s'opposaient à sa politique de transformation des structures militaires de l'empire portugais. En effet, après une première phase, toujours en 1515, dans laquelle le monarque avait éteint les compagnies de hallebardiers²⁸ et nommé Lopo Soares de Albergaria pour remplacer Alphonse de Albuquerque, une mesure qui signifia dans la pratique l'extinction de ces compagnies en Orient, il s'en suivra leur démobilisation au Maroc, les places du Sud étant de nouveau exclusivement dépendantes du modèle d'organisation militaire seigneuriale traditionnelle dans lequel les frontaliers commenceront à jouer un rôle d'une importance fondamentale.

Ce groupe qui comprenait, comme le rapporte Robert Ricard, des «gentilshommes qui venaient servir temporairement dans la place pour une durée plus ou moins longue et qui amenaient parfois avec eux une équipe de soldats»²⁹, et qui, au long de la période à l'étude, a oscillé entre 350 et 400 hommes d'armes, formait, conjointement avec les arbalétriers à cheval, qui depuis 1514 se trouvaient à charge de Joham

26. En 1525, Jorge Viegas, récemment nommé capitaine d'Azemmour, déclarait que celle-ci était défendue par 190 hommes de pied et 450 de cheval, parmi lesquels 150 étaient les domestiques des hommes de cheval et que 100 arbalétriers et espingardiers étaient nécessaires à sa défense. Cf. Lettre du 18 septembre adressée à D. João III, *in ANTT, CC, I-32-18*, publ. dans *SIHM*, 1.^a série, tome II, partie I, pp. 346 et 347.

27. Nuno Gato, dans une lettre au roi, en date du 4 juillet 1516, mentionne une lettre royale du 30 juin de cette même année dans laquelle cet ordre lui était donné. *In ANTT, CC, I-20-71*, publ. dans *SIHM*, 1.^a série, tome II, partie I, pp. 10 et suivantes. Quelques jours plus tard, le 8 juillet, Bastião Lopes, l'almoxarife de Safi, demandait au roi de procéder à l'évacuation immédiate de ces troupes vers le royaume, car il n'y avait plus aucune menace de nouveau siège et que celles-ci représentaient un énorme fardeau pour les faibles finances de la ville. *SIHM*, 1.^a série, tome II, partie I, p. 11, note 1.

28. Sur ce sujet, voir le travail de Jean Aubin, « Le Capitaine Leitão [...]»... cit., p. 95.

29. *In Mazagan et le Maroc sous le règne du sultan Moulay Zidan (1608-1627)*, d'après le «Discours» de Gonçalo Coutinho, gouverneur de Mazagan (1629), Paris, 1956, p. 13.

corpo principal das forças de cavalaria de Azamor, responsáveis, não só pelo «segurar do campo», mas também pelas constantes cavalgadas e almogavarias efectuadas em território inimigo, com que buscavam honra e proveito.

Quanto aos moradores, todos eles eram, com exceção das crianças, defensores potenciais da praça, estando vocacionados para apoiar a guarnição na tarefa de manter incólume o recinto amuralhado e a área que lhe ficava adjacente, onde lhes competia defender as tranqueiras, valos e revelins destinados a parar a progressão da cavalaria inimiga e a dificultar o acesso à base das muralhas da cidade³¹. Todavia, apenas os homens válidos e aptos para as tarefas militares recebiam soldo e mantimento, sendo necessário que, a exemplo do que sucedia com os fronteiros, estivessem inscritos nos livros de pagamentos da fortaleza, cifrando-se o seu número, ao longo do período, em cerca de 250 homens³².

A guarnição da praça era, assim, composta por um efectivo que terá oscilado entre os 600 e os 650 soldados, entre peões e cavaleiros – a que se juntavam alguns, poucos, degredados³³ –, número superior ao das principais fortalezas fronteiras da Índia, a saber, Ormuz, Diu e Malaca, onde os seus efectivos militares ao longo da primeira metade de Quinhentos só excepcionalmente atingiram as seis centenas de homens de armas³⁴, facto que atesta o grau de periculosidade em que se encontravam as fortalezas do sul de Marrocos, dado o potencial militar dos xerifes e do próprio rei de Fez.

Esse número só viria a aumentar significativamente a partir da conquista da fortaleza de Santa Cruz do Cabo de Guer, em Março de 1541, em resultado do recrutamento anteriormente feito pela Coroa, na Andaluzia, de cerca de 3 000 homens de pé destinados a reforçar essas praças, decisão a que se opôs D. Álvaro de Noronha, por entender que seria preferível recrutar

31. Isso mesmo referem em carta ao monarca, de 14 de Abril de 1541, afirmando que «guardamos há sua cidade de dia no campo e de noite no muro». In ANTT, CC, I-49-96, publicado por Maria Augusta Lima Cruz, *Os Portugueses em Azamor...* cit., doc. XXIX.

32. In Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, «Documentos inéditos [...]»... cit., p. 114.

33. Esses homens, em número de 10, auferiam, em 1522, pouco mais de metade do soldo auferido pelos peões, a saber, 85 reais, contra os 137 destes. Cf. ordem de D. Afonso de Noronha, capitão de Azamor, a Benito de Maça, feitor e almoxarife de Azamor, in ANTT, *Fundo Antigo*, pasta 132, n.º 4, publicado por Maria Augusta Lima Cruz, *Os Portugueses em Azamor...* cit., doc. XXIV. Sobre os soldos aí auferidos pelos diferentes oficiais, moradores e fronteiros veja-se Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, «Documentos inéditos [...]»... cit., pp. 110 e 111.

34. Para uma análise mais detalhada da composição dessas praças vejam-se os quadros constantes do nosso trabalho *A Evolução da Arte da Guerra dos Portugueses no Oriente (1498-1622)*, Lisboa, IICT, 1998, edição policopiada, pp. 438, 440 e 470.

Soares³⁰, le corps principal des forces de la cavalerie d'Azemmour, responsables, non seulement de « protéger le camp », mais aussi des constantes cavalcades et *almogavarías* (incursions) effectuées sur le territoire ennemi, avec lesquelles ils cherchaient honneur et avantage.

Quant aux habitants, ils étaient tous, à l'exception des enfants, des défenseurs potentiels de la place, étant engagés à soutenir la garnison dans la tâche de maintenir intacte l'enceinte fortifiée et la zone adjacente, où il leur appartenait de défendre les palissades, les fossés et les ravelins destinés à arrêter la progression de la cavalerie ennemie et à rendre difficile l'accès à la base des murailles de la ville³¹. Néanmoins, seuls les hommes valides et aptes pour les tâches militaires recevaient une solde et de la nourriture, il était donc nécessaire, à l'exemple de ce qui se passait avec les frontaliers, qu'ils soient inscrits dans les livres de paiements de la forteresse, leur nombre s'élevant, au long de la période, à environ 250 hommes³².

La garnison de la place était ainsi composée d'un effectif qui aurait oscillé entre 600 et 650 soldats, fantassins et cavaliers confondus – auquel se joignaient quelques, très peu, de déportés³³ –, un nombre supérieur à celui des principales forteresses frontières de l'Inde, à savoir, Ormuz, Diu et Malaca, où ses effectifs militaires, au long de la première moitié du XVI^e siècle, n'ont atteint qu'exceptionnellement les six centaines d'hommes d'armes³⁴, un fait qui atteste le degré de dangerosité dans lequel se trouvaient les forteresses du sud du Maroc compte tenu du potentiel militaire des chérifs et du roi de Fès lui-même.

Ce nombre ne viendrait à augmenter de manière significative qu'à partir de la conquête de la forteresse de Santa Cruz du Cap de Gué, en mars 1541, à la suite du recrutement fait auparavant par la Couronne en

30. Selon les instructions royales données à Joham Soares, le 5 janvier 1514, celui-ci était également responsable des autres arbalétriers et espingardiers, qui devaient être au nombre de 300, soit 100 espingardiers et 200 arbalétriers, un effectif qui, d'après les données que nous connaissons, n'a jamais existé à Azemmour. Voir António Baião, *Documentos do Corpo Cronológico...* cit., p. 74.

31. C'est ce qu'ils mentionnent dans une lettre au monarque, datée du 14 avril 1541, affirmant que «guardamos há sua cidade de dia no campo e de noite no muro.» In ANTT, CC, I-49-96, publiée par Maria Augusta Lima Cruz, *Os Portugueses em Azamor...* cit., doc. XXIX.

32. In Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, «Documentos inéditos [...]»... cit., p. 114.

33. Ces hommes, au nombre de 10, percevaient, en 1522, un peu plus de la moitié de la solde perçue par les fantassins, à savoir, 85 réaux, par rapport aux 137 réaux de ces derniers. Cf. Ordre de D. Afonso de Noronha, capitaine d'Azemmour, à Benito de Maça, feitor et almoxarife d'Azemmour, in ANTT, *Fundo Antigo*, pasta 132, n.º 4, publié par Maria Augusta Lima Cruz, *Os Portugueses em Azamor...* cit., doc. XXIV. Sur les soldes que les différents officiers, résidents et frontaliers y percevaient, voir Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, «Documentos inéditos [...]»... cit., pp. 110 et 111.

34. Pour une analyse plus détaillée sur la composition de ces places voir les tableaux qui figurent dans notre travail *A Evolução da Arte da Guerra dos Portugueses no Oriente (1498-1622)*, Lisbonne, IICT, 1998, édition polycopiée, pp. 438, 440 et 470.

no Reino uma força de cavalaria composta por 500 lanças, cuja acção seria mais eficaz por não se remeterem exclusivamente a uma guerra defensiva³⁵. A praça de Azamor, de acordo com as directivas de D. João III a Fernão Peres de Andrade, deverá ter passado a contar, a partir de meados desse ano, com um efectivo global da ordem dos 2400 a 2600 soldados, a que se poderiam somar ainda, se fossem necessários para proceder à evacuação da praça, os cerca de 200 homens de armas da guarnição de Mazagão³⁶.

A presença portuguesa no sul de Marrocos era sustentada ainda, sobretudo na Xerquia – região dos mouros de pazes sob alçada directa de Azamor – graças ao apoio militar prestado por estes. A sua acção revelava-se decisiva, em especial durante o período de 1515 a 1518, altura em que toda a Duquela, que compreendia a Xarquia, a Abida e a Garbia, esteve sob a alçada de um único alcaide, Bentafufa³⁷, surgindo aí como que um verdadeiro protectorado português, que abrangia uma vasta região em torno das fortalezas de Safim e Azamor. Esses alcaldes mouros recebiam do rei português a bandeira real como sinal de investidura, para além de equipamento militar para as 100 lanças da sua guarda, obrigando-se a executar as ordens dos capitães portugueses e a apoiá-los militarmente nas suas cavalgadas³⁸. A eles competia ainda a arrecadação dos tributos devidos pelas tribos à coroa portuguesa e o exercício da justiça segundo os seus costumes, cabendo-lhes o 1/5 dos despojos das razias efectuadas³⁹.

A organização defensiva da praça contava ainda com um número muito variável de indivíduos locais, em especial entre os corpos de vigias, atalaias (algumas delas de cavalo⁴⁰) e atalhadores, bem como entre os

35. Cf. carta ao rei, de Abril de 1541, in ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, maço único, nº 446, apud Otilia R. Fontoura, *Portugal em Marrocos...* cit., pp. 101 e 102.

36. Cf. carta de 13 de Abril de 1541, in SIHM, 1ª série, tomo III, pp. 387 e 388.

37. Sobre a acção desta personagem singular veja-se o trabalho de Maria Augusta Lima Cruz, «Mouro para os Cristãos e Cristão para os Mouros – o caso Bentafufa», *Anais de História de Além-Mar. Homenagem a Luís Filipe Thomaz*, vol. III, 2002, pp. 39 a 63.

38. Para além de participarem com um número sempre muito variável de lanças mouras nas operações militares, não raro apoiavam-nas com contingentes significativos de homens a peito, como sucedeu, por exemplo, em 1522, em que o alcaide Ben Haddou participou numa cavalgada capitaneada por Gonçalo Mendes Sacoto com «50 de cavalo, e 1000 homens de pé, todos de pazes». In Francisco de Andrade, *Crónica de D. João III*, Porto, Lello & Irmãos, 1976, p. 78.

39. Sobre o assunto veja-se a carta patente de D. Manuel, de Julho de 1516, passada a Bentafufa, publ. em SIHM, 1ª série, tomo II, parte I, pp. 6 e seguintes.

40. Cf. ordem de D. Afonso de Noronha, capitão de Azamor, a Benito de Maça, feitor e almoxarife de Azamor, para que pagasse as homens os soldos que lhes eram devidos do derradeiro semestre de 1522, discriminando a tença a que cada um tinha direito de acordo

Andalousie, d'environ 3 000 hommes de pied destinés à renforcer ces places, décision à laquelle s'opposa D. Álvaro de Noronha, car il estimait qu'il était préférable de recruter au Portugal une force de cavalerie composée de 500 lances, dont l'action serait plus efficace, car ils ne s'engageraient pas exclusivement dans une guerre défensive³⁵. La place d'Azemmour, conformément aux directives de D. João III à Fernão Peres de Andrade, compta désormais, à partir du milieu de cette année, avec un effectif global de l'ordre de 2 400 à 2 600 soldats, auxquels venaient encore s'ajouter, au cas où ils seraient nécessaires pour mener à bien l'évacuation de la place, environ 200 hommes d'armes de la garnison de Mazagan³⁶.

La présence portugaise dans le sud du Maroc était également appuyée, surtout dans la Cherkiya – région des «maures de paix» sous juridiction directe d'Azemmour – par l'aide militaire prêtée par ceux-ci. Son action se révélerait décisive, en particulier pendant la période de 1515 à 1518, moment où toute la Doukkala, qui comprenait la Cherkiya, l'Abda et la Gharbya, était sous la juridiction d'un seul caïd, Yahyā u Ta'fūt³⁷, surgissant ici comme un vrai protectorat portugais, qui incluait une vaste région autour des forteresses de Safi et d'Azemmour. Ces caïds musulmans recevaient du roi portugais le drapeau royal comme signe d'investiture, en plus de l'équipement militaire pour les 100 lances de leur garde, et étaient obligés d'exécuter les ordres des capitaines portugais et à les soutenir militairement dans leurs cavalcades³⁸. Ils leur appartaient également de collecter les impôts dus par les tribus à la couronne portugaise et d'exercer la justice selon leurs habitudes, leur revenant 1/5 des butins des razzias effectuées³⁹.

L'organisation défensive de la place comptait encore un nombre très variable de personnes locales, en particulier les corps de garde, *atalaias* (sentinelles), certains à cheval⁴⁰, les *atalhadores* et les *almogavares*,

35. Cf. lettre adressée au roi, avril 1541, in ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, maço único, nº 446, apud Otilia R. Fontoura, *Portugal em Marrocos...* cit., pp. 101 et 102.

36. Cf. lettre du 13 avril 1541, in SIHM, 1ª série, tome III, pp. 387 et 388.

37. Sur l'action de ce personnage singulier, voir le travail de Maria Augusta Lima Cruz, «Mouro para os Cristãos e Cristão para os Mouros – o caso Bentafufa», *Anais de História de Além-Mar. Homenagem a Luís Filipe Thomaz*, vol. III, 2002, pp. 39 à 63.

38. En plus de participer avec un nombre toujours très variable de lances maures dans les opérations militaires, ils les appuyaient souvent avec un contingent important d'hommes de pied, comme cela s'est produit, par exemple, en 1522, où l'alcaide Ben Haddou participe à une cavalcade commandée par Gonçalo Mendes Sacoto avec «50 de cheval et 1000 de pied, tous Maures de paix». In Francisco de Andrade, *Crónica de D. João III*, Porto, Lello & Irmãos, 1976, p. 78.

39. Sur ce point, voir la lettre patente de D. Manuel, de juin 1516, passée à Yahyā u Ta'fūt, publ. dans SIHM, 1ª série, tome II, partie I, pp. 6 et suivantes.

40. Cf. ordre de D. Afonso de Noronha, capitaine d'Azemmour, à Benito de Maça, feitor et almoxarife d'Azemmour, afin qu'il paie

almogavares, peças fundamentais para «segurar» e «descobrir» os campos em redor da fortaleza. Por outro lado, sobressaíam ainda nessa estrutura, pela importância das funções desempenhadas, o almocadém, normalmente um homem conhedor da região que precedia sempre os exércitos nas suas incursões, os línguas e os alfaqueques, sendo que estes últimos eram os melhores intermediários entre mouros e cristãos, tendo a seu cargo o resgate dos cativos e dispõndo de uma vasta rede de informadores e espiões, cujas informações eram fundamentais para que os responsáveis da fortaleza pudessem estar preparados para sustar eventuais movimentações mais significativas dos exércitos dos xerifes ou do rei de Fez, que pudessem pôr em risco a segurança da cidade ou a dos corpos expedicionários portugueses nas suas incursões por terras da Duquela e da Enxovia.

2. Práticas de guerra em Azamor

A guerra praticada pelos portugueses em Azamor ao longo do período em estudo assentou quase exclusivamente em acções de guerra de guerrilha e de cerco, sobretudo aquelas, uma vez que só muito esporadicamente e apenas na fase final da presença portuguesa na região os exércitos dos xerifes puseram a cidade em perigo através de ataques e assédios mais prolongados. Era, tal como sucedera na Península Ibérica durante a Reconquista, uma guerra guerreada que, como bem definiu João Gouveia Monteiro, recriava «as técnicas das caçadas, feita de razias, de envolvimentos e, raramente, de batalhas, onde muitos dos projectos iniciais acabavam por não se concretizar, nomeadamente porque a permissividade dos chefes militares facilitava que cada combatente, ou grupo de combatentes – frequentemente de forma incoerente e descontínua – tendesse a procurar, antes de mais, um benefício material imediato»⁴¹.

Na verdade, ao longo de todo o período, apenas por uma vez aí teve lugar o que com propriedade se poderia considerar uma batalha campal, a Batalha dos Alcaides, travada próximo de Bulauão, na margem esquerda do rio Morbeia (Umm al-Rabī'), em meados de Abril de 1514, entre um misto de forças portuguesas e de «mouros de paz» comandadas por D. João de Menezes, capitão do campo de Azamor, e os exér-

com o modo de lutar, ANTT, *Fundo Antigo*, pasta 132, n.º 4, publicado por Maria Augusta Lima Cruz em *Os Portugueses em Azamor...* cit., doc. XXIV. Aí se refere que estas já haviam sido pagas, por receberem de dois em dois meses.

41. In *A Guerra em Portugal nos finais da Idade média*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998, p. 207.

pièces fondamentales pour « protéger » et « décourrir » les champs autour de la forteresse. D'autre part, certains se distinguaient également dans cette structure, par l'importance des fonctions qu'ils exerçaient, l'*almocadém* qui était normalement un fin connaisseur de la région et précédait toujours les armées dans leurs incursions, les interprètes et les *alfaqueques*, ces derniers étaient les meilleurs intermédiaires entre les musulmans et les chrétiens, ayant à leur charge le rachat des captifs et disposant d'un vaste réseau d'informateurs et d'espions dont les informations étaient fondamentales pour que les responsables de la forteresse puissent être préparés pour freiner d'éventuels mouvements plus significatifs des armées des chérifs ou du roi de Fès, qui pouvaient mettre en risque la sécurité de la ville ou celle des corps expéditionnaires portugais dans leurs incursions dans les terres de la Doukkala et de la Chaouia.

2. Les pratiques de guerre à Azemmour

La guerre pratiquée par les portugais à Azemmour au long de la période à l'étude s'est presque exclusivement basée sur des actions de guerres de guérilla et de siège, surtout sur celles-ci, vu que très sporadiquement et uniquement dans la phase finale de la présence portugaise dans la région, les armées des chérifs ont mis la ville en danger à travers des attaques et des sièges plus prolongés. Cela se passait comme dans la péninsule Ibérique pendant la Reconquête, une guerre combattue qui, comme l'a si bien défini João Gouveia Monteiro, recréait « les techniques de chasse, faite de razzias, d'engagements et, rarement, de batailles, où la plupart des projets initiaux finissaient par ne pas se concrétiser, notamment parce que la permissivité des chefs militaires facilitait à chaque combattant, ou groupe de combattants – souvent de manière incohérente et discontinue – la recherche, avant tout, d'un bénéfice matériel immédiat»⁴¹.

En vérité, tout au long de cette période, une seule bataille champêtre, digne de ce nom, a été livrée à cet endroit, c'est la Bataille des *Alcaides*, qui a eu lieu proche de Bū al-'Awān, sur la rive gauche du fleuve Umm al-Rabī, à la mi-avril 1514, entre un mélange de forces portugaises et de «maures de paix» commandées par D. João de Menezes, capitaine du camp d'Azemmour, et les armées du caïd de Moulay en-Naser, vice-roi de Meknès, qui avaient sur la

aux hommes les soldes du dernier semestre de 1522 qui leur étaient dues, détaillant la pension à laquelle chacun avait droit selon sa façon de lutter, ANTT, *Fundo Antigo*, pasta 132, n.º 4, publié par Maria Augusta Lima Cruz dans *Os Portugueses em Azamor...* cit., doc. XXIV. Il y est dit que celles-ci avaient déjà été payées, parce qu'ils reçoivent tous les deux mois.

41. In *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998, p. 207.

citos dos alcaides de Mulei Nacer, vice-rei de Mequinez, que avançavam sobre a cidade com o intuito de a conquistarem. Essa operação militar, que, como salientámos num trabalho realizado com João Paulo Oliveira e Costa, foi a «primeira batalha campal travada pelos portugueses em Marrocos e a única que se feriu antes da tragédia de Alcácer-Quibir»⁴², ficou marcada pela presença no seio da hoste portuguesa de várias companhias de ordenanças, algumas delas formadas e capitaneadas por homens da Casa de Bragança. Essas companhias haveriam de revelar-se decisivas durante o desenrolar do combate, ao impedir que, após uma primeira ofensiva vitoriosa da cavalaria portuguesa, toda a operação militar tivesse redundado num fracasso, em virtude de muitos dos fidalgos que compunham a vanguarda do exército português se haverem desorganizado. Valeu então, para sustar o contra-ataque lançado pelas forças muçulmanas, a acção concertada dos corpos de piqueiros, besteiros e espingardeiros que, movimentando-se de forma tacticamente disciplinada, destruíram uma parte significativa desses corpos de cavalaria. Igualmente decisiva para a vitória das forças portuguesas foi a presença no local da batalha de um forte parque de artilharia de campanha, que seria responsável por boa parte da destruição provocada no arraial inimigo e entre os soldados dos exércitos de Mulei Nacer ao longo dos combates⁴³.

Ganha a batalha, as forças portuguesas remeteram-se às praças de Safim e Azamor, retomando um quotidiano marcado pela violência das sucessivas entradas e razias das forças dos xerifes do Suz que, a partir sobre-tudo da segunda década de Quinhentos, vão redobrar de intensidade em resultado de um aumento exponencial, tanto em quantidade como em qualidade, do seu armamento piro-balístico, fornecido não só pelos turcos, mas também por mercadores cristãos, sobre-tudo genoveses, castelhanos e franceses, muito activos comercialmente na área em torno de Teracuco⁴⁴. Em resultado do modelo de ocupação restrita que sempre caracterizou a presença portuguesa em Marrocos, decorrente da crónica falta de gente e de meios financeiros para suprir as necessidades de um império em crescimento acelerado, em Azamor adoptou-se, para defesa da área envolvente da praça, um complexo sistema defensivo que, integrando as escutas, atalaia e vigias, permitia segurar os campos em redor

ville dans le but de la conquérir. Cette opération militaire qui a été, comme nous l'avons souligné dans un travail réalisé avec João Paulo Oliveira e Costa, la « première bataille champêtre livrée par les portugais au Maroc et la seule mentionnée avant la tragédie d'El-Ksar el-Kebir »⁴², a été marquée par la présence, au sein même des troupes portugaises, de plusieurs compagnies d'ordonnance, certaines d'elles formées et commandées par des hommes de la Maison de Bragança. Ces compagnies s'avéreraient décisives pendant le déroulement du combat en empêchant, après une première offensive victorieuse de la cavalerie portugaise, que toute l'opération militaire ne se solde par un échec, car la plupart des gentilshommes qui componaient l'avant-garde de l'armée portugaise s'étaient désorganisés. Ils furent sauvés par l'action concertée des corps de piquiers, d'arbalétriers et d'espardinards qui, en se déplaçant de façon tactiquement disciplinée, enrayèrent la contre-offensive lancée par les forces musulmanes et détruisirent une partie significative de leurs corps de cavalerie. La présence d'un énorme parc d'artillerie de campagne sur le lieu de la bataille fut également décisive pour la victoire des forces portugaises, lequel aurait été responsable d'une bonne partie de la destruction engendrée dans le camp ennemi et parmi les soldats des armées de Moulay en-Naser au cours des combats⁴³. Une fois la bataille gagnée, les forces portugaises regagnèrent les places de Safi et d'Azemmour, reprenant un quotidien marqué par la violence des constantes incursions et razzias des forces des chérifs du Sous qui, surtout à partir de la deuxième décennie du XVI^e siècle, redoubleront d'intensité à la suite d'une augmentation exponentielle, tant en quantité qu'en qualité, de leur armement pyrobalistique, fourni non seulement par les Turcs, mais aussi par les commerçants chrétiens, surtout les Genevois, les Castillans et les Français, très actifs commercialement dans le secteur autour de Tarkoukou⁴⁴.

En conséquence du modèle d'occupation restreinte, qui a toujours caractérisé la présence portugaise au Maroc, découlant d'un manque chronique de gens et de moyens financiers pour subvenir aux besoins d'un empire en pleine croissance, Azemmour a adopté, pour la défense de la zone autour de la place, un système complexe de défense qui, en intégrant les veilleurs, les sentinelles et les guetteurs, permettait de défendre les champs autour de la forteresse, de manière à empêcher des attaques soudaines aux

42. In *A Batalha dos Alcaides...* cit., p. 8.

43. Para uma visão mais detalhada dos sucessos da batalha veja-se *A Batalha dos Alcaides...* cit., pp. 47 e seguintes.

44. Sobre o assunto veja-se o trabalho de Robert Ricard, «Contribution à l'étude du commerce génois au Maroc durant la période portugaise (1415-1550)», in *Études sur l'Histoire des Portugais au Maroc*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1955, pp. 133 e 134.

42. In *A Batalha dos Alcaides...* cit., p. 8.

43. Pour une vision plus détaillée des succès de la bataille voir *A Batalha dos Alcaides...* cit., pp. 47 et suivantes.

44. Voir sur ce sujet le travail de Robert Ricard, « Contribution à l'étude du commerce génois au Maroc durant la période portugaise (1415-1550)», in *Études sur l'Histoire des Portugais au Maroc*, Coimbra, Université de Coimbra, 1955, pp. 133 et 134.

da fortaleza, de forma a impedir a ocorrência de ataques súbitos a pessoas e bens, ou que, em última análise, pudessem pôr em risco a segurança da própria cidade.

Esse sistema defensivo que, como foi salientado por Robert Ricard, já fora usado com grande sucesso na Península Ibérica quer por cristãos, quer por muçulmanos⁴⁵, foi transposto naturalmente para Marrocos, revelando-se fundamental nas praças do sul, onde, como afirma Otília Rodrigues Fontoura, «não se dava um passo fora sem descobrir o terreno»⁴⁶. No caso concreto de Azamor baseava-se na acção concertada dos vigias da fortaleza que, postados na torre da igreja, «que está no meio mais alta de todas»⁴⁷, ou na «torre do çoquo da banda da Enxouvia» de onde vigiavam a praça pela parte norte, deviam estar em permanente contacto visual ou auditivo com as atalaias e escutas, a quem estava cometida a difícil tarefa de vigiar o campo em torno da praça, garantindo aos seus moradores que este se encontrava desimpedido de inimigos. Só depois de efectuado o reconhecimento do campo pelos escutas e de estes se haverem certificado que não havia mouros emboscados nas redondezas, ou que não estava iminente uma qualquer cilada, a população procedia às tarefas diárias de apascentamento do gado, apanha de lenha e recolha de água ou víveres.

Às atalaias, algumas delas munidas de cavalos para mais fácil e rápida locomoção, cumpria vigiar o terreno durante todo o dia, alertando os vigias da fortaleza de qualquer movimentação de forças inimigas. Recebida essa informação através de sinais sonoros, da utilização de bandeiras ou de qualquer outro meio previamente definido, era dado o alarme na praça, tocando-se os sinos a rebate e içando-se bandeiras sinalizadoras da presença de inimigos nas proximidades. De imediato as pessoas e os animais se refugiavam no interior do recinto amuralhado, após o que eram tomadas as necessárias medidas defensivas nas tranqueiras e valos que integravam o sistema defensivo da praça, encerrando-se de seguida as portas.

Embora a população de Azamor, a exemplo da de Safim, tivesse, ao longo do período em estudo, vivido

45. Cf. «A propos de "rebato". Note sur la tactique militaire dans les places portugaises du Maroc», in *Études sur l'Histoire des Portugais au Maroc...* cit., pp. 345 à 355.

46. In *Portugal em Marrocos...* cit., p. 38. Sobre o assunto veja-se ainda o trabalho de António Dias Farinha, «Características da Presença Portuguesa em Marrocos», in *Portugal no Mundo*, dir. por Luís de Albuquerque, vol. I, Lisboa, Ed. Alfa, 1989, pp. 120 e 121.

47. Em carta ao rei, de 3 de Outubro de 1516, Simão Correia, capitão de Azamor, refere que essa torre ficava «para huma atalaia estar continua sobre a cidade e ortas, e assi pera o campo se ver dela». In ANTT, *Gavetas*, 15-21-24, publ. em SIHM, 1.ª série, tomo II, parte I, pp. 39 e 40.

personnes et aux biens, ou qui, en dernière analyse, pouvaient mettre en risque la sécurité de la ville elle-même.

Ce système de défense qui, comme l'a souligné Robert Ricard, avait déjà été utilisé avec grand succès dans la péninsule Ibérique soit par des chrétiens, soit par des musulmans⁴⁵, a été transposé naturellement au Maroc, se révélant fondamental dans les places du sud, où, comme l'affirme Otília Rodrigues Fontoura, «on ne faisait pas un pas à l'extérieur sans avoir découvert le terrain »⁴⁶. Dans le cas concret d'Azemmour, il était basé sur l'action concertée des guetteurs de la forteresse qui, postés dans la tour de l'église, « celle du milieu la plus haute de toutes »⁴⁷, ou dans la « tour du souk du côté de la Chaouia » d'où ils surveillaient la place par la partie nord, ils devaient être en contact visuel ou auditif permanent avec les sentinelles et les guetteurs qui étaient chargés de la tâche difficile de surveiller le champ autour de la place, garantissant ainsi à ses habitants qu'il n'y avait pas d'ennemis. Ce n'est qu'après que les guetteurs ont fait la reconnaissance du terrain et vérifié qu'il n'y avait pas de maures cachés dans les environs ou qu'il ne s'agissait pas d'une embuscade imminente que la population vaquait aux tâches quotidiennes du pacage du bétail, du ramassage du bois et de la collecte d'eau ou de vivres.

Il incombaît aux sentinelles, certaines d'elles armées de chevaux pour un déplacement plus simple et facile, de surveiller le terrain pendant toute la journée, alertant les gardes de la forteresse de tout mouvement des forces ennemis. Une fois l'information reçue à travers des signaux sonores, de l'utilisation de drapeaux ou de tout autre moyen préalablement défini, l'alarme était donnée dans la place en faisant sonner les cloches et en hissant des drapeaux qui signalaient la présence d'ennemis dans les proximités. Les personnes et les animaux se réfugiaient immédiatement à l'intérieur de l'enceinte murée, après quoi les mesures nécessaires de défense étaient prises dans les palissades et les tranchées qui intégraient le système de défense de la place, les portes étaient ensuite fermées.

Bien que la population d'Azemmour, à l'instar de celle de Safi, ait vécu tout au long de la période à l'étude

45. Cf. «À propos de "rebato". Note sur la tactique militaire dans les places portugaises du Maroc», in *Études sur l'Histoire des Portugais au Maroc...* cit., pp. 345 à 355.

46. In *Portugal em Marrocos...* cit., p. 38. Voir également sur ce sujet le travail d'António Dias Farinha, «Características da Presença Portuguesa em Marrocos», in *Portugal no Mundo*, dir. par Luís de Albuquerque, vol. I, Lisboa, Ed. Alfa, 1989, pp. 120 et 121.

47. Dans une lettre au roi, du 3 octobre 1516, Simão Correia, capitaine d'Azemmour, mentionne que cette tour était [«pour qu'un garde soit toujours vigilante sur la ville et le potager et surveiller la campagne】]. In ANTT, *Gavetas*, 15-21-24, publ. dans SIHM, 1.ª série, tome II, partie I, pp. 39 et 40.

em contínuo sobressalto⁴⁸, em especial a partir da conquista de Marraquexe em 1524 pelos xerifes, na verdade muito poucas vezes a cidade foi cercada, não tendo sido objecto, por outro lado, de operações de assédio muito prolongadas, como as que ocorreram em Safim em 1513 e 1541. De entre as acções de maior periculosidade para a praça ressalta o ataque do exército do xerife que, por se encontrar a cidade mal defendida, em especial do ponto de vista da artilharia⁴⁹, entrou em fins de Março de 1530 «a vila velha e chegou ao muro quase senhor d'um baluarte», tendo obrigado os defensores, entre os quais se encontrava um grande número de «mouros de pazes», a refugarem-se no castelo, ou seja, no reduto defensivo que resultara após a construção do atalho, tendo a porta de dentro sido cerrada e entaipada com pedra e barro. A desastrada condução de todo o processo por parte de António Leite só não teve repercussões ainda mais negativas porque as forças do xerife acabaram por abandonar a praça pouco depois, porventura em resultado das negociações de paz entabuladas por intermédio da comunidade judaica da cidade, que haveriam de culminar no acordo estabelecido com Mulei Idrisse, «senhor da serra e sogro do xarife», que passou pelo pagamento por parte dos portugueses de um pesado tributo⁵⁰.

Alguns anos mais tarde, em Fevereiro de 1537, Azamor foi de novo cercada pelas forças do xerife de Marraquexe, Mulei Ahmed Aláreje, que aí permaneceu durante quatro dias sem grandes resultados⁵¹. Levantado o cerco a praça viria depois a passar por um período de alguma acalmia, que duraria até 1540, em resultado das tréguas negociadas com aquele por D. Rodrigo de Castro, capitão de Safim. Dada a incapacidade financeira da Coroa para poder acorrer aos pedidos de reforços em homens e armamento que lhe

48. António Leite, capitão de Azamor, em carta ao rei, de 26 de Julho de 1514, afirmava encontrar-se toda a Enxovia levantada, tendo ocorrido sucessivos ataques «aos nossos fachos desta banda», com a captura de alguns cristãos, e rematava dizendo que «nunqua me tantas vezes armei nem tam a meúdo a repiques em Tangere e em Arzila, onde estive muito tempo», facto que atesta que, desde muito cedo, as praças do sul de Marrocos viveram numa situação de grande pressão militar. In *Documentos do Corpo Chronológico...* cit., pp. 113 a 115.

49. Vicente Rodrigues Evangelho, juiz dos órfãos de Azamor e almoxarife substituto em Mazagão, afirmava em carta ao rei, de 10 de Abril de 1530, que, como homem experimentado das coisas da guerra, havia aconselhado o capitão da praça a posicionar nas muralhas duas bombardas grossas, o que, a ter sido feito, evitaria o desbarato que se seguiu e o perigo em que toda a cidade esteve. In *SIHM*, 1.^a edição, tomo II, parte II, p. 512.

50. *SIHM*, 1.^a edição, tomo II, parte II, p. 513.

51. Cf. ordem de pagamento de 15 alqueires de trigo a Gil Fernandes, que o capitão de Mazagão, Manuel de Sande, enviara a Azamor, que se encontrava cercada pelas forças do xerife, para ali se inteirar da situação em que se encontravam os sitiados e de como poderiam ser socorridos. In *SIHM*, 1.^a série, vol. III, pp. 85 e 86.

au gré de continuels soubresauts⁴⁸, en particulier à partir de 1524 avec la conquête de Marrakech par les chérifs, en vérité, la ville n'a pas souvent été assiégée ni fait l'objet d'opérations de siège très prolongées, comme celles qui ont eu lieu à Safi en 1513 et 1541. Parmi les actions les plus dangereuses pour la place, on note l'attaque de l'armée du chérif qui, la ville étant mal défendue, en particulier du point de vue de l'artillerie⁴⁹, est entrée à la fin du mois de mars 1530 dans «la vieille ville et est arrivé au mur presque seigneur d'un bastion», ayant obligé les défenseurs, parmi lesquels se trouvait un grand nombre de «maures de paix», à se réfugier dans le château fort, autrement dit, dans la redoute défensive qui advenait de la construction du réduit, la porte à l'intérieur ayant été fermée et murée avec des pierres et de l'argile. Néanmoins, si les répercussions de la désastreuse conduite de tout le processus de la part d'António Leite n'ont pas été plus négatives, c'est grâce au fait que les forces du chérif aient fini par abandonner la place peu après, peut-être à la suite des négociations de paix entamées par l'intermédiaire de la communauté juive de la ville, qui devraient aboutir à l'accord établi avec Moulay Idris, «seigneur de la montagne et beau-père du chérif», qui devait inclure le paiement d'un lourd tribut de la part des portugais⁵⁰.

Quelques années plus tard, en février 1537, Azemmour fut de nouveau assiégée par les forces du chérif de Marrakech, Moulay Ahmed el-'Arej, qui y est resté pendant quatre jours sans grands résultats⁵¹. Une fois le siège levé, la place connaîtrait ensuite une période d'accalmie, qui durera jusqu'en 1540, à la suite des trêves négociées entre celui-ci et D. Rodrigo de Castro, capitaine de Safi. Étant donnée l'incapacité financière de la Couronne à pouvoir répondre aux demandes de renforts en hommes et en armement qui lui parvenaient des différentes forteresses de l'Empire, en

48. António Leite, capitaine d'Azemmour, dans une lettre au roi, du 26 juillet 1514, affirmait que toute la Chaouia s'était soulevée, en raison des attaques successives [«aux nôtres flambeaux de cette rive»], avec la capture de quelques chrétiens et concluait en disant que [«je ne me suis jamais armé aussi souvent pour me battre à Tanger et à Asilah, où j'étais longtemps»], cela témoigne que, très tôt, les places du sud du Maroc ont vécu dans une situation de grandes pressions militaires. In *Documentos do Corpo Chronológico...* cit., pp. 113 à 115.

49. Vicente Rodrigues Evangelho, juge des orphelins d'Azemmour et almoxarife remplaçant à Mazagan, déclarait dans une lettre au roi, du 10 avril 1530, qu'en tant qu'homme expérimenté des choses de la guerre, il avait conseillé le capitaine de la place à installer sur les murailles deux grosses bombardes, ce qui, si cela avait été fait, aurait évité la déroute qui s'ensuivrait et le danger auquel toute la ville avait été exposée. In *SIHM*, 1.^a édition, tome II, partie II, p. 512.

50. *SIHM*, 1.^a édition, tome II, partie II, p. 513.

51. Cf. ordre de paiement de 15 boisseaux de blé à Gil Fernandes que le capitaine de Mazagan, Manuel de Sande, avait envoyé à Azemmour, qui était assiégée par les forces du chérif, afin qu'il prenne connaissance de la situation dans laquelle se trouvaient les assiégiés et qu'il voie comment ils pourraient être sauvés. In *SIHM*, 1.^a série, vol. III, pp. 85 et 86.

chegavam das diferentes fortalezas do Império, em especial das do sul de Marrocos, as debilidades da fortaleza foram-se acentuando. Esta situação agravou-se ainda mais em virtude de o seu presídio ter passado a integrar um grande número de soldados recrutados na Andaluzia, por vezes enquadrados em companhias comandadas por capitães ou coronéis portugueses e espanhóis, que eram muito mais uma fonte de problemas do que a sua solução, em virtude do constante atraso no pagamento dos soldos⁵², razão por que em 1541, face à iminência de um novo e, supunha-se, decisivo cerco, o capitão Luís de Loureiro solicitava ao monarca o envio de 3 000 homens com mantimentos e munições de abastança. Destes, 150 deveriam ser de cavalo, porque não os havendo seria impossível, como dizia, manter um perímetro defensivo mínimo em torno da fortaleza, vital para a manutenção dos homens e dos animais que aí se encontravam⁵³. O destino da praça, no entanto, por essa altura estava já traçado, como se depreende da carta de D. João III que, ciente da impossibilidade de manter Azamor, autorizava o seu capitão a «deixar a vila e a meter-se no castelo» em caso de necessidade⁵⁴.

Ao contrário do que sucedia nas fortalezas do norte de Marrocos, onde a guerra naval praticada através de diferentes operações militares, tais como as acções de socorro a outras fortalezas, o policiamento das actividades corsárias muçulmanas ou os ataques anfíbios fulminantes lançados sobre os povoados costeiros, também conhecidos por «saltos»⁵⁵, contribuía para a afirmação do poder militar português nessa região, em Azamor a pequena frota que aí se encontrava fundeada, composta por um reduzidíssimo número de fustas e, por vezes, por alguns navios de socorro que aí estivessem ocasionalmente, como sucedeu em 1530⁵⁶,

52. Um dos episódios mais graves terá ocorrido em princípios de 1541, com os soldados oriundos da Andaluzia a amotinarem-se no interior da fortaleza de Azamor por não terem recebido o soldo. Cf. carta de D. Henrique de Noronha, capitão de Safim, que disso dá conta ao monarca, informando-o de que, pelo contrário, na sua praça os 330 soldados que ali haviam chegado sob o comando de Pero de Castro se encontravam organizados e disciplinados por este os tratar de forma muito rígida. In ANTT, CC, I-70-1, publ. em SIHM, 1.^a série, vol. III, pp. 446 e 447.

53. Cf. Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III*, publ. por M. Rodrigues Lapa, vol. II, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1938, pp. 147 a 149.

54. Cf carta do rei ao capitão Luís de Loureiro, de 13 de Abril de 1541, in SIHM, 1.^a série, vol. III, pp. 390 a 394.

55. Assaltos repentinos efectuados a povoados costeiros com o objectivo de cativar gente e apresá animais e outros bens. Sobre o assunto veja-se Vitor Luís Gaspar Rodrigues, «Techniques et Pratiques Militaires Portugaises au Maroc: Adaptations et Innovatées», in *Portugal e o Magrebe*, Lisboa – Braga, CHAM e CITCEM, 2011, pp. 77 e seguintes.

56. Sobre o assunto veja-se David Lopes, «Os Portugueses em Marrocos no tempo de D. Manuel», in *História de Portugal*, dir. por Damião Peres, Barcelos, Portucalense Editora, 1931, vol. IV, p. 89.

particulier de celles du sud du Maroc, les défaillances de la forteresse se sont peu à peu accentuées. Cette situation s'aggrava davantage lorsque sa prison commença à intégrer un grand nombre de soldats recrutés en Andalousie, parfois encadrés dans des compagnies commandées par des capitaines ou des colonels portugais et espagnols qui constituaient plutôt une source de problèmes qu'une solution, dû au constant retard dans le paiement des soldes⁵², raison pour laquelle en 1541, face à l'imminence d'un nouveau et supposé siège décisif, le capitaine Luís de Loureiro sollicitait au monarque l'envoi de 3 000 hommes avec des provisions et des munitions en abondance. Parmi ceux-ci, il devrait y avoir 150 hommes de cheval, car si ceux-ci venaient à manquer il serait impossible, comme il le disait, de maintenir un périmètre de défense minimal autour de la forteresse, ce qui s'avérait essentiel pour maintenir les hommes et les animaux qui s'y trouvaient⁵³. Néanmoins, à ce moment-là, le destin de la place était déjà tracé, comme il ressort de la lettre de D. João III qui, informé de l'impossibilité de maintenir Azemmour, autorisait son capitaine à «laisser la ville et à s'installer dans le château fort» en cas de nécessité⁵⁴. Contrairement à ce qui se passait dans les forteresses du nord du Maroc où la guerre navale, pratiquée dans les différentes opérations militaires telles que les actions de secours à d'autres forteresses, la surveillance des activités corsaires des musulmans ou les attaques amphibies fulminantes lancées sur les bourgades côtières, aussi connues comme «sauts»⁵⁵, contribuait à l'affirmation du pouvoir militaire portugais dans cette région, à Azemmour la petite flotte qui s'y trouvait ancrée, composée d'un nombre très restreint de fustes et, parfois, de quelques navires de secours qui étaient-là occasionnellement, comme cela arriva en 1530⁵⁶, servait juste à aider à défendre, avec son

52. L'un des épisodes les plus graves aurait eu lieu au début de 1541, avec les soldats d'Andalousie qui se seraient ameutés à l'intérieur de la forteresse d'Azemmour parce qu'ils n'avaient pas reçu leur soldé. Cf. lettre de D. Henrique de Noronha, capitaine de Safi, qui en fit part au roi, l'informant que, bien au contraire, dans sa place 330 soldats, qui venaient d'arriver sous le commandement de Pero de Castro, étaient organisés et disciplinés parce que ce dernier les traitait de façon très rigide. In ANTT, CC, I-70-1, publ. dans SIHM, 1.^a série, vol. III, pp. 446 et 447.

53. Cf. Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III*, publ. par M. Rodrigues Lapa, vol. II, Lisbonne, Livraria Sá da Costa Editora, 1938, pp. 147 à 149.

54. Cf lettre au capitaine Luís de Loureiro, du 13 avril 1541, in SIHM, 1.^a série, vol. III, pp. 390 à 394.

55. Des attaques soudaines aux bourgades côtières dans le but de capturer des gens et de saisir des animaux et d'autres biens. Sur le sujet, voir Vitor Luís Gaspar Rodrigues, «Techniques et Pratiques Militaires Portugaises au Maroc : Adaptations et Innovatées», in *Portugal e o Magrebe*, Lisbonne – Braga, CHAM et CITCEM, 2011, pp. 77 et suivantes.

56. Sur ce point, voir David Lopes, «Os Portugueses em Marrocos no tempo de D. Manuel», in *História de Portugal*, dir. par Damião Peres, Barcelos, Portucalense Editora, 1931, vol. IV, p. 89.

servia apenas para ajudar a defender com a sua artilharia o troço norte da muralha da praça ou para solicitar o socorro das fortalezas vizinhas, ou mesmo do Reino. Com efeito, dada a enorme periculosidade na entrada e saída da barra, fechada na maior parte dos dias do ano⁵⁷, tornava-se muito difícil operar a partir daí, razão por que Mazagão passou a concentrar, desde cedo, o grosso do potencial militar naval português na região. O quotidiano da praça ficou, assim, marcado sobre-tudo por operações militares que se enquadram no que a cronística portuguesa vulgarmente designa como a «guerra guerreada», tão ao gosto da fidalguia portuguesa e que foi responsável, em última análise, pelo clima de enorme conflitualidade vivido em torno da fortaleza de Azamor, contribuindo para o progressivo distanciamento das populações de «mouros de pazes» e dos seus chefes, a ponto de muitos deles terem quebrado os laços que os ligavam à coroa portuguesa. Como afirmava Bentafufa, «o capitão e os cavaleiros que cá estão não querem paz senão guerra, e isto fazem por não terem nenhum proveito da paz, nem do serviço que eu faço, por não terem que tomar nem que repartir [...], trouxe de V. A. um regimento e o capitão manda que faça cá outro. Peço a V. A. que me faça justiça, me mande dizer o que heide fazer de mim e dos meus, no que receberei muita mercê»⁵⁸.

A análise dos relatos contidos nas crónicas da época, bem como na generalidade da documentação existente para o período, permite perceber a justeza das palavras daquele que foi um dos mais importantes suportes da presença portuguesa na Duquela. Com efeito, todo o período de permanência dos portugueses em Azamor ficou marcado pelas sucessivas e constantes incursões rápidas e violentas sobre os aduares e os campos cultivados das áreas circundantes, caracterizando-se muitas delas não só pela sua extrema violência, mas também pelo seu grande raio de acção, tendo chegado mesmo, como sucedeu com a almogavarria conduzida pelo almocadém de Safim, Diogo Lopes, e pelo adail de Azamor, às portas de Marrakeixe, onde terão batido com os cotos das suas lanças naquela que ficou conhecida como «a porta dos

artillerie, le tronçon nord du rempart de la place ou pour solliciter le secours d'autres forteresses voisines, voire du royaume. En effet, étant donné l'énorme danger que représentaient l'entrée et la sortie de la barre, fermée pendant la plupart des jours de l'année⁵⁷, il devenait très difficile d'opérer à partir de là, ce pourquoi Mazagan a très tôt commencé à concentrer la majeure partie du potentiel militaire naval portugais sur la région.

Ainsi, le quotidien de la place fut essentiellement marqué par des opérations militaires, qui s'inscrivent dans ce que le chroniqueur portugais désigne généralement comme la « guerre combattue » si chère à la noblesse portugaise et qui fut responsable, en dernière analyse, du climat de l'énorme conflictualité vécu autour de la forteresse d'Azemmour, contribuant par conséquent à l'éloignement progressif des populations de «maures de paix» et de leurs chefs, à tel point que la plupart d'entre eux ont fini par briser les liens qui les unissaient à la couronne portugaise. Comme l'affirmait Yahyā u Ta'fūt, «le capitaine et les chevaliers qui sont ici ne veulent pas la paix, mais la guerre, et ils le font, car il ne retire aucun avantage de la paix, ni du service que je rends, car ils n'ont rien à prendre ni à partager [...]». V.A. m'a donné un règlement et le capitaine m'ordonne d'en élaborer un autre ici. Je demande à V.A. de faire en sorte que justice me soit rendue, et de me dire ce qui va advenir de moi et des miens, ce qui sera pour moi une grande grâce»⁵⁸.

L'analyse des histoires contenues dans les chroniques de l'époque, ainsi que dans la généralité de la documentation existante pour la période, permet de percevoir la justesse des mots de ce qui fut l'un des plus importants supports de la présence portugaise en Doukkala. En effet, toute la période de permanence des portugais à Azemmour a été marquée par les successives et constantes incursions rapides et violentes dans les douars et les champs cultivés des zones environnantes, la plupart d'entre elles caractérisées non seulement par leur extrême violence, mais aussi par leur grand rayon d'action, ayant même atteint, comme cela s'est produit avec l'incursion portugaise menée par l'almocadém de Safi, Diogo Lopes, et par l'adail d'Azemmour, les portes de Marrakech, où ils auraient frappé avec les pointes de leurs lances sur celle qui serait connue plus tard sous le nom de «la

57. O capitão de Azamor, em carta s.d. [1513 ou 1514], afirmava ao monarca não ter embarcado com os seus homens em socorro de Safim, que julgava encontrar-se cercada, por temer que no regresso não conseguisse entrar a barra, ficando a praça sem os meios humanos necessários para se defender de um eventual cerco das forças de Mulei Nacer. In *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. IV, Lisboa, CEHU, 1964, XV-1-52, p. 68.

58. Cf. carta de Bentafufa ao rei, publicada por David Lopes, *Textos em aljamiá portuguesa. Documentos para a História do Domínio Português em Safim, extraídos dos originais da Torre do Tombo*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1987, pp. 63 e 65.

57. Le capitaine d'Azemmour, dans une lettre s.d. [1513 ou 1514], affirmait au roi qu'il n'avait pas embarqué avec ses hommes pour venir en aide à Safi, qu'il croyait assiégée, de crainte qu'au retour il ne puisse passer la barre, laissant ainsi la place sans moyens humains nécessaires pour se défendre contre un éventuel siège des forces de Moulay en-Naser. In *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. IV, Lisbonne, CEHU, 1964, XV-1-52, p. 68.

58. Cf. lettre d'Yahyā u Ta'fūt au roi, publiée par David Lopes, *Textos em aljamiá portuguesa – Documentos para a História do Domínio Português em Safim, extraídos dos originais da Torre do Tombo*, Lisbonne, Imprensa Nacional, 1987, pp. 63 et 65.

portugueses»⁵⁹. Este feito, praticado por indivíduos de menor condição social, motivaria, alguns meses mais tarde, em Abril de 1515, a realização de uma entrada, capitaneada agora pelos capitães daquelas fortalezas, respectivamente Nuno Fernandes de Ataíde e D. Pedro de Sousa, que, com o apoio de um grande contingente de «mouros de pazes» formado por 600 lanças de Abida, 800 da Xerquia e 1 000 da Garbia, a que se somavam 510 lanças e 32 peões portugueses, se lançaram numa aventura absurda e inconsequente, por isso mesmo condenada ao fracasso, cujo único objectivo passou pela busca da honra e da glorificação daqueles que nela participaram e que acabaria por provocar um significativo número de baixas entre as suas hostes, para além, naturalmente, de um agravamento da tensão pré-existente em virtude do rastro de destruição deixado pela cavalgada⁶⁰.

Essas acções militares envolviam, de acordo com os objectivos previamente traçados pelos responsáveis pelas operações, um número muito variável de homens a cavalo (desde algumas, poucas, dezenas, a várias centenas), apoiados por homens apeados, fossem eles simples peões ou besteiros e espingardeiros, embora, como referimos, estes pudessem também dispor de cavalos. Recolhidas pelas escutas informações sobre os aduares ou as povoações a atacar – temos referência de algumas entradas efectuadas sobre vilas amuralhadas que obrigavam a uma logística mais complicada, dada a necessidade de deslocação de escadas e outros artefactos para o seu escalamento⁶¹ – era então delineado em conjunto com o adail e o almocadém um plano operacional para a acção militar a realizar. As surtidas iniciavam-se, em regra, ao início da noite, sendo a movimentação do corpo principal da cavalgada comandada pelo capitão da praça, pelo adail, ou por um qualquer fidalgo de nomeada que ali se encontrasse a servir como fronteiro com os seus homens. Essas forças eram sempre precedidas pelo almocadém que com os seus homens ia abrindo

59. Participaram na expedição 423 mouros de pazes da Xerquia e 27 cavaleiros portugueses. Cf. Damião de Gois, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel...* cit., parte III, cap. LIV.

60. Damião de Gois, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel...* cit., parte III, cap. LXXIII. Sobre o assunto veja-se ainda David Lopes, «Os Portugueses em Marrocos no tempo de D. Manuel»... cit., pp. 501 e seguintes.

61. Assim aconteceu em 10 de Abril de 1519, na entrada efectuada sobre a vila de Umbre, na Enxovia. «Cercada de muro e barbacã, de assaz bom tamanho e forte», os homens de D. Álvaro de Noronha tentaram primeiro escalá-la com escadas. Porque não tivessem conseguido fazê-lo, o capitão de Azamor determinou então que fossem derrubadas as portas, tendo sido cortadas «as couceiras de maneira que as portas caíram inteiras para dentro», após o que se seguiu uma curta escaramuça que terminou com a morte de alguns mouros e o apresamento de 256 cativos». In Damião de Gois, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel...* cit., parte III, cap. XL.

porte des portugais»⁵⁹. Ce fait, pratiqué par des individus de moindre condition sociale, motiverait quelques mois plus tard, en avril 1515, la réalisation d'une entrée, commandée cette fois-ci par les capitaines de ces forteresses, Nuno Fernandes de Ataíde et D. Pedro de Sousa respectivement, qui, avec l'aide d'un grand contingent de «maures de paix» formé de 600 lances d'Abda, 800 de Cherkiya et 1 000 de Gharbya, auxquels s'ajoutaient 510 lances et 32 fantassins portugais, se lancèrent dans une aventure absurde et inconséquente, et donc forcément vouée à l'échec, dont le seul but adopté était la poursuite de l'honneur et de la glorification de ceux qui y participaient et qui finiraient par provoquer un nombre important de victimes parmi leurs troupes avec, en plus, naturellement, une aggravation de la tension préexistante en vertu des traces de destruction laissées par la cavalcade⁶⁰.

Ces actions militaires impliquaient, conformément aux objectifs préalablement tracés par les responsables des opérations, un nombre très variable d'hommes de cheval (de quelques dizaines à plusieurs centaines), soutenus par des hommes de pied, qui pouvaient être de simples fantassins ou des arbalétriers et des espingardiers, bien que, comme nous l'avons dit, ceux-ci pouvaient aussi disposer de chevaux. À partir des informations recueillies par les guetteurs sur les douars ou les populations à attaquer – nous avons des indications de quelques entrées effectuées sur des villes fortifiées qui obligaient à une logistique plus complexe, étant donnée la nécessité de déplacement d'échelles et d'autres dispositifs pour leur escalade⁶¹ – un plan opérationnel d'action militaire à réaliser était alors élaboré conjointement avec l'*adaïl* et l'*almocadém*. Les sorties commençaient, en règle générale, au début de la nuit, le mouvement du corps principal de la cavalcade était commandé par le capitaine de la place, par l'*adaïl*, ou par tout gentilhomme de renommée qui s'y trouvait en service en tant que frontalier avec ses hommes. Ces forces étaient toujours précédées par l'*almocadém* qui, avec ses hommes, ouvrait le chemin de manière à éviter que ceux-ci soient surpris par des forces ennemis supérieures en nombre, ou

59. 423 Maures de paix de la Cherkiya et 27 chevaliers portugais ont participé à l'expédition. Cf. Damião de Gois, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel...* cit., partie III, chap. LIV.

60. Damião de Gois, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel...* cit., partie III, chap. LXXIII. Sur ce sujet, voir aussi David Lopes, «Os Portugueses em Marrocos no tempo de D. Manuel»... cit., pp. 501 et suivantes.

61. Cela s'est passé le 10 avril 1519, lors de l'entrée dans la ville d'Umbre, dans la Chaouia. « Entourée d'un mur et d'une barbacane, de très bonne taille, et forte », les hommes de D. Alvaro de Noronha essayèrent d'abord de grimper le mur avec des échelles. N'y parvenant pas, le capitaine d'Azemmour décida alors de démolir les portes et ils coupèrent «les gonds de telle sorte que les portes tombèrent tout entières à l'intérieur,» une brève escarmouche s'en suivit et s'acheva par la mort de quelques Maures et la prise de 256 captifs. In Damião de Gois, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel...* cit., partie III, chap. XL.

o campo, de forma a evitar que aqueles fossem surpreendidos por forças inimigas superiores em número, ou atraídos para uma qualquer emboscada, prática comumente utilizada tanto pelos muçulmanos com pelos cristãos neste tipo de guerra.

A surpresa era um elemento fundamental nestas acções, razão pela qual toda a operação decorria no maior secretismo, procurando-se evitar as vigias muçulmanas e deixar o menor rasto possível das suas movimentações. Os ataques aos aduares de tribos rebeldes eram lançados em regra ao romper da aurora, não só com o objectivo de apanhar os seus habitantes desprevenidos, diminuindo assim a sua capacidade de reacção, mas também para permitir aos atacantes um mínimo de visibilidade, fundamental para evitar que se desorganizassem durante a operação. Regra geral os elementos da cavalgada eram divididos em batalhas que avançavam separadamente sobre o alvo, como sucedeu em Março de 1519 num aduar localizado na Enxovia a dez léguas de Azamor, que foi atacado em várias frentes para evitar que a população pudesse fugir do local, refugiando-se com os animais nas cercanias⁶².

Ao longo do período em estudo são inúmeras as referências a entradas e almogavarias em território mouro, de que resultava não só o apresamento de um número elevado de cativos, mas também de grandes quantidades de animais. Nalguns casos, como o ocorrido em 1522⁶³, os proventos daí decorrentes atingiram números extraordinariamente elevados, tendo sido cativadas 600 almas e apresados 2 000 camelos e 20 000 cabeças de gado miúdo, para além de prata, tecidos e cereais em grande quantidade, montantes que, pese embora devam ser encarados com alguma reserva, dada a sua grandeza, deixam perceber, ainda assim, quão rendosas eram para a generalidade da fidalguia e da soldadesca portuguesa estas campanhas.

Do ponto de vista militar essas grandes capturas implicavam, no momento da retirada, um esforço acrescido dos participantes, obrigados não só a defendrem-se dos contra-ataques das populações lesadas e das investidas dos que acorriam em seu socorro, mas também a ter de conduzir os animais e o saque até à fortaleza, ou a algum ponto de encontro previamente

62. A decisão foi tomada após consulta a um Simão Pires, que espiava os aduares e temia que aqueles pudessem estar avisados da presença dos portugueses. Lançado o ataque em várias frentes foram cativadas «282 almas» e tomadas mais de 5000 cabeças de gado miúdo. Damião de Goís, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel...* cit., parte III, cap. XXXIX, pp. 108 e 109.

63. Trata-se da entrada capitaneada por Gonçalo Mendes Sacoto, capitão de Mazagão, que com uma força de 200 cavaleiros seus e de Azamor, a que se juntaram 50 de cavalo do «mouro Acoo e 1000 de pé, todos mouros de paz», procedeu ao referido apresamento em Salé. Cf. Francisco de Andrade, *Crónica de D. João III, [...],* já cit., cap. XXXII, pp. 78 a 80.

attirés dans une embuscade, une pratique communément utilisée tant par les musulmans que par les chrétiens dans ce genre de guerre.

La surprise était un élément fondamental dans ces actions, raison pour laquelle toute l'opération se déroulait dans le plus grand des secrets, en cherchant à éviter les guetteurs musulmans et en laissant la moindre trace possible de leurs déplacements. Les attaques aux douars des tribus rebelles étaient généralement lancées à l'aube, non seulement dans l'intention de prendre les habitants au dépourvu, en diminuant ainsi leur capacité de réaction, mais aussi pour permettre un minimum de visibilité aux assaillants, ce qui était fondamental pour éviter qu'ils ne se désorganisent pendant l'opération. En règle générale, les éléments de la cavalcade étaient divisés en batailles et avançaient séparément sur la cible, comme cela est arrivé en mars 1519, dans un douar localisé dans la Chaouia à dix lieues d'Azemmour qui fut attaqué sur plusieurs fronts pour éviter que la population ne s'enfuie de ce lieu, en se réfugiant avec les animaux dans les environs⁶².

De nombreuses références à des entrées et à des incursions en territoire maure sont faites tout au long de la période à l'étude et dont le résultat était non seulement la prise d'un grand nombre de captifs, mais aussi d'une grande quantité d'animaux. Dans certains cas, à l'exemple de ce qui s'est passé en 1522⁶³, les gains qui en découlent ont atteint des nombres extraordinairement élevés, 600 âmes ont été faites captives et 2 000 chameaux et 20 000 têtes de petit bétail ont été capturés, outre l'argenterie, des tissus et des céréales en grande quantité, qui bien qu'ils doivent être considérés avec une certaine réserve, étant donné leur grandeur, laissent entrevoir, néanmoins, combien ces campagnes étaient rentables pour la généralité de la noblesse et de la soldatesque portugaise.

Du point de vue militaire, ces grandes captures impliquaient, au moment de se retirer, un effort accru des participants qui se voyaient obligés non seulement de se défendre des contre-attaques des populations lésées et des assauts de ceux qui venaient à leur secours, mais aussi de conduire les animaux et le butin jusqu'à la forteresse, ou jusqu'à un lieu de rencontre préalablement établi, où les attendaient quelques

62. La décision fut prise après consultation d'un certain Simão Pires, qui épiait les douars et craignait que ceux-ci ne soient avertis de la présence des Portugais. Après avoir lancé l'attaque sur plusieurs fronts, «282 âmes» furent capturées ainsi que 5 000 têtes de menu bétail. Damião de Goís, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel...* cit., partie III, chap. XXXIX, pp. 108 et 109.

63. Il s'agit de l'entrée commandée par Gonçalo Mendes Sacoto, capitaine de Mazagan, qui, avec une force de 200 chevaliers à lui et certains d'Azemmour, auxquels se sont joints 50 hommes de cheval du «Maure Acoo et 1000 hommes de pied, tous Maures de paix», procéda à l'emprisonnement mentionné à Salé. Cf. Francisco de Andrade, *Crónica de D. João III...* cit., chap. XXXII, pp. 78 à 80.

estabelecido onde os aguardavam alguns homens de armas que ali haviam permanecido, ou que de Azamor haviam saído em seu auxílio. Com efeito, só através da acção coordenada das suas forças de cavalaria com a dos seus corpos de atiradores e dos peões, que quase sempre acompanhavam as maiores entradas, era possível retirar de forma ordenada, cobrindo depois distâncias significativas que obrigavam por vezes a pernoitar no campo⁶⁴, servindo então as atalaias para proteger o acampamento não só dos ataques das forças muçulmanas, mas também dos animais ferozes, em especial dos leões. Relativamente às tropas de infantaria portuguesas que não raro participavam nessas operações, pudemos apurar ainda que estas eram, por vezes, transportadas «nas ancas dos cavalos», sobretudo quando o alvo da expedição se encontrava muito distante da fortaleza ou em locais de mais difícil acesso, ou ainda porque o capitão pretendesse simplesmente apressar a marcha da coluna sem expor esses homens a um desgaste excessivo⁶⁵.

Igualmente importantes eram ainda as razias efectuadas em terras de mouros, ora com fins meramente punitivos, que culminavam com a destruição das searas através do ateamento de fogo, ora com o intuito de procederem ao aprovisionamento de cereais, sobretudo nos períodos de maior escassez, e que tinham lugar normalmente entre fins de Abril, altura em que se ceifava o trigo, e em meados de Maio, quando se procedia à apanha da cevada. Estas acções predatórias, associadas às constantes movimentações e entradas da cavalaria dos xerifes, provocaram um progressivo afastamento dessas áreas de cultivo do perímetro da fortaleza, para zonas que na segunda metade da década de vinte distavam já 18 a 20 léguas de Azamor, com todos os inconvenientes daí decorrentes para o normal funcionamento da praça.

Contrariamente ao que era comum nas praças do norte, em especial na centúria anterior, não encontrámos em Azamor, com excepção do período inicial de conquista da praça, referência à presença de fidalgos de grande nomeada que aí se tivessem estabelecido durante algum tempo como fronteiros, levando con-

64. Damião de Góis salienta, a este propósito, o papel desempenhado em Outubro de 1519 pelos besteiros e espingardeiros portugueses durante a retirada do capitão de Azamor do aduar de Tamarroquos, que permitiu que a cavalgada tivesse percorrido as 12 léguas que distavam da fortaleza sem dela perder mais do que apenas uns bois que ali capturara. Cf. *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel...* cit., parte III, cap. XL, pp. 113 e 114.

65. Assim sucedeu durante a entrada que Nuno Mascarenhas fez sobre uns aduares situados a dezasseis léguas da praça, em que deixou 20 dos peões que iam cansados numa mesquita e se partiu com os demais, tendo-os mandado «tomar todos nas ancas dos cavalos». Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel...* cit., parte III, cap. XLIII, p. 121.

hommes d'armes qui y étaient restés ou qui étaient sortis d'Azemmour pour leur venir en aide. En effet, ce n'est qu'à travers l'action coordonnée de leurs forces de cavalerie avec celles de leurs corps de tireurs et de fantassins, qui accompagnaient presque toujours les plus grandes entrées, qu'il était possible de procéder au retrait de manière ordonnée, parcourant ensuite de grandes distances qui les obligeaient parfois à passer la nuit dans la campagne⁶⁴, les sentinelles servant alors à protéger le campement non seulement des attaques des forces musulmanes, mais aussi des animaux féroces, en particulier des lions. Quant aux troupes d'infantries portugaises qui participaient souvent à ces opérations, nous avons pu établir que celles-ci étaient parfois transportées «sur la croupe des chevaux», surtout quand la cible de l'expédition se trouvait très éloignée de la forteresse ou située dans des lieux difficiles d'accès, ou encore parce que le capitaine voulait simplement hâter la marche de la colonne sans exposer ces hommes à une usure physique excessive⁶⁵. Les razzias effectuées en territoire maure étaient également importantes, tantôt avec des fins simplement punitives, qui culminaient avec la destruction des champs cultivés en y mettant le feu, tantôt avec l'intention de procéder à l'approvisionnement de céréales, surtout dans les périodes de plus grande pénurie qui avaient lieu normalement entre la fin avril, au moment de la moisson du blé, et la mi-mai, lors de la récolte de l'orge. Ces actions prédatrices, associées aux entrées et aux déplacements constants de la cavalerie des chérifs, provoquèrent un éloignement progressif de ces zones de culture par rapport au périmètre de la forteresse, vers des zones qui, dans la seconde moitié de la deuxième décennie, se trouvaient déjà à une distance de 18 à 20 lieues d'Azemmour, avec tous les inconvénients que cela engendrait pour le fonctionnement normal de la place.

Contrairement à ce qui était commun dans les places du nord, en particulier au siècle précédent, nous n'avons pas trouvé à Azemmour, à l'exception de la période initiale de la conquête de la place, des références à la présence de gentilshommes de grande renommée qui s'y seraient établis pendant quelque temps comme frontaliers, emmenant avec eux un

64. Damião de Góis souligne, à ce propos, le rôle joué en octobre 1519 par les arbalétriers et les espingardiers portugais lors du retrait du capitaine d'Azemmour du douar de Tamarroquos qui a permis que la cavalcade puisse parcourir 12 lieues jusqu'à la forteresse sans perdre plus de quelques bœufs qu'ils y avaient capturés. Cf. *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel...* cit., partie IV, chap. XL, pp. 113 et 114.

65. C'est ce qui s'est passé lors de l'incursion de Nuno Mascarenhas dans les douars situés à seize lieues de la place, où il laissa 20 fantassins qui étaient fatigués dans une mosquée et s'en alla avec les autres, leur ordonnant «de tous les monter sur la croupe des chevaux». Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel...* cit., partie III, chap. XLIII, p. 121.

sigo um elevado número de acostados⁶⁶. Aqui, com efeito, a generalidade dos fronteiros tinha poucos indivíduos acostados a si, como o comprova o levantamento efectuado pelo capitão da praça D. Pedro Mascarenhas, em 1530, que refere um total de 192 homens de cavalo servindo com apenas 123 moços de pé⁶⁷, situação que não se alterou até ao abandono da praça, uma vez que nessa altura o reforço da guarnição da fortaleza foi feito com recurso a 1 000 soldados castelhanos e andaluzes, organizados segundo o modelo das ordenanças⁶⁸, e não com homens de armas pertencentes às hostes da fidalguia, naturalmente pouco interessados em participar no abandono da fortaleza, processo com o qual a maioria deles não concordava⁶⁹.

O esboço que aqui deixamos da organização militar dos portugueses em Azamor, bem como das práticas de guerra que aí desenvolveram, se por um lado revela de forma muito nítida como toda a experiência adquirida no norte de Marrocos ao longo da centúria anterior teve aqui como que o seu prolongamento natural, por outro, atesta o falhanço da política de transformação das estruturas militares que D. Manuel I e depois D. João III pretendiam aplicar a todo Império e que visava, em última análise, libertá-lo da excessiva dependência em que este se encontrava das hostes senhoriais. Dissolvidas as companhias de ordenanças tudo voltou à primitiva forma, com os fidalgos empenhados sobretudo na prática da chamada «guerra guerreada», que tão bem se articulava com a sua mentalidade cavaleiresca, adepta do combate individual travado à espada e à rodelha, e que lhes permitia acumular honra e proveito, fundamentais para o acrescentamento das suas casas e senhorios.

grand nombre de leurs protégés⁶⁶. Ici, en effet, la plupart des frontaliers avaient peu d'individus sous leur protection, comme en témoigne l'inventaire réalisé par le capitaine de la place D. Pedro Mascarenhas en 1530, qui mentionne un total de 192 hommes de cheval servant avec à peine 123 jeunes hommes de pied⁶⁷, situation qui ne s'est pas modifiée jusqu'à l'abandon de la place, vu qu'à cette occasion le renforcement de la garnison de la forteresse a été fait à l'aide de 1 000 soldats castillans et andalous, organisés selon le modèle des ordonnances⁶⁸, et non pas avec des hommes d'armes appartenant aux troupes de la noblesse, naturellement peu intéressés à participer à l'abandon de la forteresse, processus avec lequel la plupart d'entre eux n'étaient pas d'accord⁶⁹. Si d'une part, l'esquisse que nous laissons ici de l'organisation militaire des portugais à Azemmour et des pratiques de guerre qu'ils y ont développées révèle de façon très claire comment toute l'expérience acquise dans le nord du Maroc, tout au long du siècle précédent, a eu ici une sorte de prolongement naturel, d'autre part, elle témoigne également de l'échec de la politique de transformation des structures militaires que D. Manuel I et ensuite D. João III ambitionnaient d'appliquer à tout l'Empire dans le but de le libérer, en dernière analyse, de l'excessive dépendance où celui-ci se trouvait par rapport aux groupes des nobles. Une fois les compagnies d'ordonnance dissoutes tout est revenu à la forme primitive, avec les nobles engagés surtout dans la pratique de ladite « guerre combatue » qui s'articulait si bien avec leur mentalité chevaleresque adepte du combat singulier mené avec l'épée et le bouclier, et qui leur permettait d'accumuler des honneurs et des avantages fondamentaux pour l'agrandissement de leurs demeures et de leurs domaines.

66. Um dos exemplos mais significativos de que temos conhecimento foi o do castelhano Fernam d'Aires que, a convite do capitão de Arzila D. Duarte de Menezes, aí se estabeleceu durante algum tempo com uma força de 186 cavaleiros e 587 peões, tendo participado em inúmeras entradas e cavalgadas. Cf. Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do Conde D. Duarte de Menezes*, ed. Larry King, Lisboa, UNL-FCSH, 1978, cap. CXXII e CXXVII.

67. Cf. carta do capitão ao rei, de 9 de Junho de 1530. In ANTT, CC, I-45-35, publ. em SIHM, 1^a série, tomo II, parte II, p. 528.

68. Esses homens foram enviados para Azamor sob o comando de D. Fernando de Noronha, a quem coube capitanejar a praça até ao momento do seu abandono, com o intuito de contribuírem para que a retirada se pudesse processar da forma mais organizada possível. Sobre o assunto veja-se Vitor Luís Gaspar Rodrigues, «As Companhias de Ordenanças em Marrocos [...]»... cit., p. 193.

69. Sobre a composição desses efectivos veja-se a carta de D. João III a Fernão Peres, de 13 de Abril de 1541, publ. em SIHM, 1^a série, tomo III, pp. 386 a 389.

66. L'un des exemples les plus importants que nous connaissons et celui du castillan Fernam d'Aires qui, sur invitation du capitaine d'Asilah, D. Duarte de Menezes, s'y est installé durant un certain temps avec une force de 186 chevaliers et 587 fantassins, ayant participé à de nombreuses incursions et cavalcades. Cf. Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do Conde D. Duarte de Menezes*, éd. par Larry King, Lisbonne, UNL-FCSH, 1978, chap. CXXII et CXXVII.

67. Cf. lettre du capitaine au roi, du 9 juin 1530. In ANTT, CC, I-45-35, publ. dans SIHM, 1^e série, tome II, partie II, p. 528.

68. Ces hommes furent envoyés à Azemmour sous le commandement de D. Fernando de Noronha, à qui il incomba de diriger la place jusqu'au moment de son abandon afin de permettre que le retrait puisse se faire de la manière la plus organisée possible. Sur ce sujet, voir Vitor Luís Gaspar Rodrigues, « As Companhias de Ordenanças em Marrocos [...]»... cit., p. 193.

69. Sur la composition de ces effectifs, voir la lettre de D. João III à Fernão Peres, du 13 avril 1541, publ. dans SIHM, 1^e série, tome III, pp. 386 à 389.